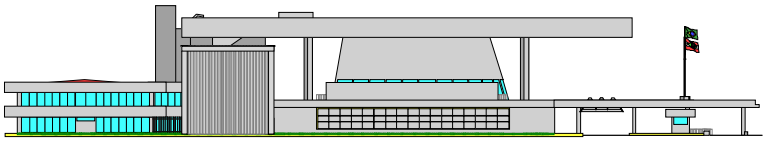
17ª Legislatura

# ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª Sessão Legislativa

## PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX | FLORIANÓPOLIS, 12 DE MAIO DE 2011 | NÚMERO 6.283

**17ª Legislatura**
**1ª Sessão Legislativa**
**MESA**

Gelson Merisio
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E AQÜICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Silvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Dirce Heiderscheidt
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Angela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE DEFESA CIVIL**

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

**DIRETORIA LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**
Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.
Coordenador: Roberto Katumi Oda

**Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:**
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões oridnárias, especiais, solenes e extraordinárias.
Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi

**DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES**

**Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:**
Responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLEIA**

**EXPEDIENTE**

**Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**
**Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**
ANO XX - **NÚMERO 2283**
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS
TIRAGEM: 6 EXEMPLARES


**ÍNDICE**


**Plenário**
Ata da 039ª Sessão Ordinária realizada em 11/05/2011 ..... 2

**Publicações Diversas**
Aviso de Licitação ..... 13
Ata de Comissão Permanente.. ..... 13
Ofício ..... 14
Portarias..... 14
Projetos de Lei ..... 16
Requerimento..... 20


# PLENÁRIO

# ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
## REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011
## PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio -Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

**SUMÁRIO**

**Breves Comunicações**

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Reporta-se à merenda escolar.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Solidariza-se com a questão da merenda escolar e com as reivindicações da Educação; reporta-se à Celesc.

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Aborda a terceirização da alimentação escolar em Santa Catarina.

**DEPUTADO ALTAIR GUIDI** - Defende produtos sem agrotóxicos; manifesta-se a respeito da aquicultura catarinense.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Comunica que o deputado Silvio Dreveck cedeu o tempo do partido para o convite para a Festa do Pinhão.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Debate a questão da Educação.

**DEPUTADO CARLOS CHIODINI** - Reporta-se aos altos preços dos combustíveis.

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** - Homenageia Luiz Ademar Paes.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Edison Andrino.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Posiciona-se com relação ao problema de carreira dos delegados de Polícia.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Discute projeto de sua autoria relativo à Educação; aborda a criação do Fundo de Apoio ao Ensino Técnico em Santa Catarina.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Darci de Matos

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Posiciona-se com relação à reivindicação dos professores.

**Explicação Pessoal**

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Defende os profissionais da Educação; reporta-se à Semana da Enfermagem.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Registra a constituição da Frente Parlamentar em Defesa do Carvão Gaúcho, Catarinense e Paranaense.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Registra a presença do prefeito Adelmo Alberti, de Bela Vista do Toldo.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Tece considerações a respeito dos vinhos catarinenses de altitude.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Pronuncia-se favoravelmente à manifestação dos professores; registra o descontentamento de outras classes de funcionários públicos.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** (aparte) - Solicita o apoio dos deputados à livre manifestação dos professores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passamos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar os nobres deputados, a deputada Ana Paula Lima.

Gostaria de me manifestar com relação a uma matéria que já foi notícia na imprensa, referente à merenda escolar. O escândalo da merenda escolar foi denunciado no domingo à noite e a discussão continuou durante toda a semana.

Nesse sentido quero destacar que a merenda escolar tem sido vítima de uma rede de fraudadores, uma verdadeira máfia. Há muita cumplicidade das autoridades, manipulação de licitações e fornecimento de alimentação de péssima qualidade aos estudantes.

Nessa denúncia, 50 escolas públicas foram analisadas em cinco estados brasileiros, mas no estado de Santa Catarina não houve uma análise quanto à merenda escolar, que sofreu um processo de terceirização na gestão da alimentação escolar.

O fato é que essa denúncia trata a respeito do uso de alimentos estragados, vencidos e armazenados em situações inadequadas nas cozinhas escolares, sem condições de higiene, com a presença de animais, além do problema de corrupção na aquisição dos alimentos, especialmente onde aconteceu a terceirização da merenda escolar.

Se por um lado todas essas denúncias foram veiculadas pela imprensa, e que bom que a imprensa faz essa divulgação, também está ocorrendo um avanço, a partir dos últimos anos, exatamente em 2008, na legislação federal, a qual obriga os estados e municípios a comprar 30% da alimentação oriunda da agricultura familiar, prioritariamente local, caso não haja alimentação regional suficiente.

Essa lei é um grande avanço porque muitos prefeitos e alguns governadores, pouquíssimos, diga-se de passagem, já estão construindo um processo de gestão da alimentação escolar muito bem articulado entre secretaria da Agricultura e a secretaria da Educação, no sentido de não ficar em 30% da aquisição de alimentos, para que a grande maioria dos alimentos adquiridos para o cardápio escolar seja oriunda dos agricultores familiares, das cooperativas muitas vezes de mulheres, de produtores locais da região e do município.

Então, há um grande avanço nessa legislação, e precisamos reconhecer isso. Da mesma forma, o próprio ministério da Educação vem intensificando a fiscalização e garantindo que no mínimo 20% da alimentação deem condições de suprir as necessidades diárias de um educando, garantindo pelo menos três porções de frutas e hortaliças por semana; quanto a doces, alimentos enlatados e semiprontos, num peso muito pequeno. Então, o foco do ministério da Educação é exatamente essa qualidade na alimentação escolar.

Mas eu quero trazer outra referência de gestão de merenda. Por quê? Porque se por um lado há todas essas denúncias, não podemos esquecer, por outro lado, que há experiências muito positivas, inclusive em Santa Catarina.

Eu quero falar sobre dois municípios em que conheço a procedência da alimentação escolar, que merecem o nosso reconhecimento, assim como outros municípios como Concórdia e Dionísio Cerqueira. Mas estou falando aqui, neste momento, da cidade de São Domingos, que tem 565 alunos da rede municipal e conta com 123 produtos no cardápio dos educandos, sendo que desses produtos 33 são adquiridos, deputado Dirceu Dresch, diretamente da agricultura familiar, tanto do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos - quanto do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos - Compra Direta.

Então, trago essa experiência da prefeitura de São Domingos, que recebeu, inclusive, das mãos do presidente Lula, em 29 de novembro do ano passado, a premiação como gestor eficiente da merenda escolar no ano de 2010. Uma experiência própria de gestão de recursos eficientes, que dá garantia para a distribuição de 123 tipos de alimentos às nossas crianças.

A prefeitura de Abelardo Luz atende a cerca de seis mil estudantes, nos 17 estabelecimentos de ensino, sendo que o cardápio da merenda escolar serve vários produtos. Eu quero citar alguns, para termos uma ideia. Além de panificados, são oferecidas aos alunos verduras, carne bovina e suína, feijão, ovos, derivados da cana de açúcar, queijo, legumes, frutas, hambúrguer de peixe, bolinho de peixe e filé de tilápia. Essa é alimentação das crianças de Abelardo Luz.

Eu trouxe apenas duas experiências de prefeituras municipais exemplares que utilizam o recurso da prefeitura para a compra da merenda escolar e contratam nutricionistas para isso. Portanto, aquela ideia de que para se ter nutricionista na escola é necessário que haja uma empresa terceirizada é uma falácia. Qualquer gestor público sabe que pode abrir vagas mediante projeto de lei encaminhado à Câmara de Vereadores. Cria-se o cargo de nutricionista, contratam-se as nutricionistas, elas estabelecem cardápios e aí o gestor comprometido com a agricultura familiar, deputado Dirceu Dresch, utiliza muito bem esses programas do governo federal e compra dos agricultores. Ele, então, ajuda a produzir, a ter renda e a ficar na propriedade.

Mas há uma coisa muito interessante nessas duas experiências - e há outras, como eu falei, em Concórdia, em Dionísio Cerqueira -: vários prefeitos não admitem terceirizar a merenda escolar. Estou me referindo somente ao caso de Santa Catarina.

O mais interessante, talvez, além de ganhar com qualidade, é não gastar o que não for necessário, porque o custo de uma merenda terceirizada é três vezes maior. É um custo desnecessário. Além de tudo isso, não se coloca dentro de um espaço educativo, que são a escola, a creche, a empresa. Escola e creche são ambientes educativos e dessa forma que têm de ser tratados.

Então, em Santa Catarina há essa experiência desnecessária que põe dinheiro onde não é preciso, em que a qualidade não necessariamente precisa ser de uma empresa gerencial. Gestor público é o responsável e tem que se constituir como capaz de fazer essa gestão.

Nesse sentido, é que eu apresentei um projeto de lei que começa a tramitar agora nas comissões, que proíbe a privatização ou a terceirização da alimentação escolar na rede pública estadual de Santa Catarina. O nosso projeto de lei vem justamente para tirar mais uma parte envolvida nesse processo de alimentação escolar que pode gerar, sim, corrupção, que pode gerar, sim, um produto sem qualidade, que é a alimentação escolar.

Então, quando menos entes envolvidos na administração da alimentação melhor, porque aí você não tem o empurra-empurra, se tem problema na alimentação ou é o gestor municipal que tem que responder ou é a diretora da escola. Quando você terceiriza ou privatiza, o diretor diz que o problema é da empresa, e a empresa diz que o problema é da diretora da escola que não fez o devido acompanhamento. E aí tem o estado que é o órgão responsável pelo contrato.

Assim, esse projeto visa melhorar a qualidade da merenda em Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Luciane Carminatti.

Esta Presidência faz o registro da presença do prefeito Renato Nunes de Oliveira, de Lages, acompanhado do sr. João Carlos Matias, superintendente da Fundação Cultural de Lages, também da rainha Andréia Canello, da primeira e da segunda princesa, Suelen Barbosa e Nadine Felipus, respectivamente.

Sejam bem-vindos, e o prefeito terá o seu espaço para fazer o convite da XXIII Festa Nacional do Pinhão.

O próximo inscrito para fazer uso da palavra é o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, todos que nos visitam neste dia de hoje, quero com muita satisfação, também no dia de hoje, estar nesta tribuna e falar sobre alguns temas que envolvem setores da sociedade catarinense, temas que envolvem o conjunto da população, inclusive o futuro do nosso estado, como a audiência pública realizada no dia de hoje pela manhã, neste plenário, com uma representação extraordinária da sociedade catarinense.

Então, iniciando a minha fala aqui quero, deputada Luciane Carminatti, parabenizá-la por essa luta que v.exa. faz com outros deputados desta Casa para que nós consigamos de fato inverter essa situação da terceirização e da privatização da alimentação escolar em nossas escolas estaduais.

Não é possível um estado que tem um potencial, que tem uma agricultura familiar extremamente capacitada de pequenas propriedades e os nossos municípios precisando de renda, os agricultores precisando de comércio, terceirizar a merenda escolar.

Discutimos aqui na última segunda-feira a questão da fumicultura. E muitos gostariam de produzir fumo e plantar alimentos, alimentar as nossas crianças com alimentação de qualidade, orgânica, agroecológica, mas infelizmente essa alimentação vem de fora.

Então, quero parabenizá-la, deputado, e entrar junto nessa briga, nessa luta, para que cada real, para que cada dinheiro público que seja aplicado para comprar um produto, um alimento dos agricultores, fique lá no município, deputado Ismael dos Santos, gerando renda e desenvolvimento local. Porque temos dados em que cada dinheiro público aplicado no município pode gerar R$ 5,00 no giro que ele faz dentro do município, na economia local.

Assim sendo, deputado, quero me somar a essa luta nessa perspectiva. E hoje é um dia especial, deputada Ana Paula Lima, porque o nosso pessoal, os servidores, os professores e as professoras, principalmente as professoras, que são a maioria, estão mais uma vez na capital reivindicando várias questões, e uma delas é a alimentação para as nossas crianças.

Então, quero aqui cumprimentar todas as professoras e professores e dizer que toda a área da Educação está reivindicando do governo do estado um tratamento justo, principalmente a implantação do piso mínimo nacional.

Esse era o primeiro tema que eu queria trazer aqui presente.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer a presença de todos os srs. parlamentares nessa audiência pública importantíssima realizada hoje, nesta Casa, pela manhã, ocasião em que estavam presentes o setor industrial, comercial, produtivo, cooperativista, o sindicalismo dos trabalhadores da Celesc, dos agricultores familiares e a direção da Celesc, com a presença do presidente Antônio Gavazzoni.

Quero valorizar a presença do presidente da Celesc nesta Casa, porque a sua função e o seu papel como diretor de uma empresa pública é debater com este Parlamento a questão da energia, que é um assunto muito importante para Santa Catarina.

O nosso estado precisa crescer junto com o Brasil, precisa desenvolver-se, e um dos principais impactos na perspectiva de crescimento, de desenvolvimento e de acesso à população é a questão da energia. É a família pobre, deputado Altair Guidi, poder comprar uma geladeira, um aquecedor, um ferro elétrico; é um agricultor poder comprar uma ordenhadeira, para facilitar o seu trabalho, e isso exige energia. Então, os pobres, no Brasil, estão ampliando o seu acesso aos bens de direito que exigem energia elétrica.

Então, foi muito bom o debate, sendo feito um diagnóstico claro e concreto sobre a situação do fornecimento de energia em nosso estado. Enfim, do que as regiões nos apresentaram hoje, ficou claro aqui que em todas as regiões de Santa Catarina há problemas gravíssimos. A falta de investimentos, nesses últimos anos, foi muito grande, pois pequenos equipamentos estão faltando em todas as regiões catarinenses. Se uma empresa, por exemplo, tiver que fazer uma troca, não conseguirá os equipamentos necessários.

Outra questão é a falta de um plano estratégico que está sendo construído e discutido. Esperamos que seja feito de fato um bom plano, para que possam ser feitos investimentos no futuro e haja garantia de energia elétrica ao nosso estado.

Outra questão também são as perdas que as pessoas estão tendo, inclusive muita gente está revoltada, e há documentos que provam agressões a funcionários que não têm atendido às suas reivindicações; há problemas de perda de produção nas mais diversas áreas, na avicultura, na suinocultura e na produção de fumo. E todas essas questões ficaram claras e registradas, hoje, nos anais dessa audiência pública.

Então, isso nos remete a uma grande discussão, e para isso a comissão de Economia, através do seu presidente, deputado José Milton Scheffer, vai trabalhar firmemente com as entidades, a fim de fazer vários encaminhamentos no sentido de sanar grande parte dos problemas e exigir que sejam feitos investimentos.

Nós precisamos de um plano de investimentos para Santa Catarina na questão energética. Se o estado arrecada em torno de R$ 1,5 bilhão por ano em ICMS no setor de fornecimento de energia, precisa haver um investimento não só da Celesc, mas também do Tesouro do estado, porque uma parte dessa arrecadação tem que ser reaplicada na melhoria do sistema.

Temos visto, em nível nacional, o governo federal utilizando, através do PAC, recursos da iniciativa privada, da União, do Tesouro Nacional, na garantia de não termos apagões no futuro. Em Santa Catarina não pode ser diferente. Então, esse investimento é fundamental. E como o presidente anunciou, vamos ter um investimento de R$ 1,5 bilhão nos próximos anos.

Então, vamos ter que acompanhar de perto esse investimento, uma vez que já aconteceu, em outros momentos, o anúncio de investimentos, mas esses investimentos até hoje não ocorrerem. Portanto, vamos ter que acompanhar de perto se de fato esses investimentos vão ocorrer. Vamos cobrar isso e trabalhar também numa perspectiva de que aqueles que tiveram perdas por falta de energia tenham o seu direito garantido. Os agricultores e as indústrias que perderam a sua produção têm que ter a garantia de que esse prejuízo será ressarcido. Alguém vai ter que responder por ele.

Além disso, vamos buscar junto ao BNDES a possibilidade de que as empresas públicas de energia possam ter acesso a recursos do BNDES e discutir junto à Aneel a questão da continuidade da concessão da Celesc, a partir de 2015. Mas para isso a empresa também tem que fazer o seu dever de casa. Se ela quer continuar com a concessão, prestando serviços que são importantes para nós, catarinenses, ela precisa também fazer a sua parte para que de fato essa concessão tenha continuidade no estado.

Existem também outras questões que estarão à disposição no relatório dessa nossa audiência pública.

Srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero, mais uma vez, agradecer a presença das lideranças que representaram todas as regiões de Santa Catarina nessa audiência pública no dia de hoje. Espero que esta Casa possa de fato contribuir para que o nosso estado e o Brasil possam continuar desenvolvendo-se e crescendo, mas sem ter riscos de apagão no fornecimento de energia elétrica, que é um bem extremamente necessário e de direito da nossa população catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra o próximo orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, eu gostaria, hoje, de dar continuidade ao tema trazido a esta tribuna, na tarde de ontem, que dizia respeito à terceirização da alimentação escolar no estado de Santa Catarina. Eu quero enaltecer aqui as inúmeras experiências positivas de diferentes administrações do nosso estado e por vários segmentos partidários.

Nós temos experiências louváveis nas administrações do Partido dos Trabalhadores; temos experiências importantíssimas de valorização e aquisição da alimentação escolar direta da agricultura ou de empresas locais de outros partidos, como PMDB, PP, Democratas. Enfim, temos inúmeras experiências extremamente positivas que valorizam a ponta, o nosso agricultor, no sentido de cumprir com a legislação federal que estabelece que, no mínimo, 30% dos gastos com alimentação escolar devem ser oriundos de produtos da nossa agricultura familiar, agricultura camponesa, de pequenas cooperativas e associações, que vão agregando valor às suas produções. E acho que isso tem que ser enaltecido porque, além do recurso ficar no município, ele vai à ponta, ao nosso agricultor, gerando renda e qualidade de vida à propriedade da agricultura familiar e camponesa.

Eu retomo isso exatamente diante daquilo que tem sido ventilado através do programa *Fantástico*, no último domingo, que trouxe a grande problemática e a deficiência na questão da qualidade da alimentação escolar que inúmeras crianças consomem em diferentes estados da federação. E até mesmo a questão das próprias fraudes que vão acontecendo diante das licitações.

Nós sabemos que no estado de Santa Catarina, com o processo da terceirização da alimentação escolar, tem acrescido também as despesas na aquisição da própria alimentação. Há quem diga que se tem triplicados os valores; outros amenizam um pouco, mas chegam à casa da duplicação dos recursos que são gastos na alimentação escolar.

Portanto, nós sabemos que em vários municípios a alimentação que vai chegando também não é de grande qualidade e tem problemas. E nós precisamos fazer abertamente esse debate, principalmente nesse momento que estamos vivendo, em que é preciso que se valorize cada vez mais as políticas públicas garantidas pelos recursos do estado, mas gerenciadas pelo comando do próprio estado. Parece-me que nesse sentido a qualidade oferecida é sempre maior.

Por isso, então, mais uma vez, trago presente esse debate a esta tribuna, até porque temos tido várias ações nesse campo, e entre elas uma grande audiência pública, em 2008, quando foi debatida a temática toda, apontado que a terceirização traria problemas enormes em vários aspectos, mas, principalmente, na questão da qualidade do alimento que vai ser consumido pelos estudantes, pelos alunos. E além da questão da qualidade, a relação entre quem produz a alimentação escolar e aqueles que a consomem é importante, porque questão da proximidade tem um sentido importantíssimo.

Então, acho que essas são questões extremamente importantes que fazem parte do conjunto todo, no que diz respeito à própria alimentação escolar no estado de Santa Catarina e nos municípios.

Também quero dizer que o ministério da Educação obriga que 30%, no mínimo, dos recursos que são investidos na alimentação escolar devem ser investidos em produtos oriundos da nossa agricultura camponesa, da nossa agricultura familiar. E os municípios que recebem esses recursos da União são obrigados a fazer essa aplicação de, no mínimo, 30%.

Mas como Santa Catarina é um estado essencialmente de pequenas propriedades da agricultura familiar e tem uma responsabilidade enorme na questão da produção do alimento, entendemos que o nosso estado deveria investir mais recursos ainda na questão da alimentação escolar oriunda da nossa agricultura familiar ou camponesa. E que não só chegassem ao mínimo dos 30%, mas que, no mínimo, 50% desses recursos fossem investidos em produtos oriundos da nossa agricultura familiar e camponesa. Eu acredito que, se assim for feito, nós estaremos contribuindo enormemente para que muito mais famílias e jovens permaneçam na atividade da nossa agricultura.

É claro que quem não vê muita perspectiva de qualidade de vida e de uma série de outras questões que envolvem o dia a dia do nosso agricultor familiar e camponês não se sente motivado para continuar com a sua

atividade. Mas, se houver políticas como essa de poder investir mais dinheiro lá na ponta, com certeza isso vai gerar renda para os nossos agricultores. E sabemos que a grande problemática dos nossos agricultores é realmente a renda. Não importa se trabalha um hectare a mais ou a menos. Não é esse o fator principal. O fator principal é a questão da renda. O jovem quer um dinheirinho no bolso no final de semana; durante a semana ele quer ter a sua autonomia para ir a uma festa e divertir-se com os amigos.

Portanto, o que falta para o nosso agricultor é renda. É isso que vai garantir também a qualidade de vida e a permanência dele junto com os seus familiares lá na atividade da nossa agricultura familiar e camponesa.

Por isso, deputado Reno Caramori e presidente, deputado Moacir Sopelsa, acho que temos que ter todo esse cuidado.

Para encerrar, quero enaltecer, novamente, as inúmeras experiências positivas de administrações diversas, de todos os partidos, que adquirem alimentação escolar diretamente da nossa agricultura. E isso serve de incentivo para que o nosso agricultor familiar possa continuar na sua atividade. Oxalá, nós possamos ter outras políticas que gerem mais renda aos nossos agricultores e às nossas agricultoras!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O próximo orador inscrito é o deputado Valmir Comin, que fez uma troca com o deputado Altair Guidi. Portanto, com a palavra o deputado Altair Guidi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu iria, neste momento, reportar-me a uma audiência pública. Mas como o deputado Dirceu Dresch já a relatou muito bem, isso fica vencido.

Gostaria também de dizer que hoje pela manhã, na comissão do Meio Ambiente, num encontro com vários funcionários da Epagri, eles solicitaram a ajuda da comissão e da Assembleia no sentido de defender os produtos sem agrotóxicos. Isso é de uma importância fundamental, na medida em que a economia do país vai crescendo e poder-se-á colocar alimentos sem agrotóxicos na mesa dos brasileiros e, principalmente, dos catarinenses.

Houve uma sugestão, e aqui também quero apelar nesse sentido, de que se crie uma comissão de parlamentares para visitar países, aprender um pouco mais e poder aqui, desta tribuna, transmitir esse conhecimento. Acredito que a TVAL e a secretaria da Comunicação Social do governo do estado poderiam fazer um grande trabalho no sentido da conscientização a respeito desse assunto.

Gostaria, neste momento - e pela primeira vez a minha neta de quatro anos, a Letícia, está sentada na minha cadeira, juntamente com a minha esposa -, de me congratular com a rainha e as princesas da Festa do Pinhão, que se encontram neste recinto.

Quero congratular-me também com a deputada Luciane Carminatti e com o deputado Padre Pedro Baldissera, que fizeram colocações sobre o problema da alimentação na merenda escolar. Eu acredito que ela é de grande importância no sentido do desenvolvimento do nosso país e tem que ser levada mais a sério. Temos o dever de fiscalizar melhor o que está acontecendo com a merenda escolar e também fiscalizar toda ação do Executivo que mereça ser fiscalizada, quer nacional, municipal e estadual.

Mas há um assunto que gostaria de trazer aqui. No dia de hoje, encaminhei uma indicação ao governo do estado, que, através da Epagri, poderá dar uma sustentabilidade a um serviço que vem sendo necessário e tem demonstrado o seu efeito no nosso país. Vou falar sobre a aquicultura catarinense, que é responsável pela geração de milhares e milhares de empregos, quer no mar quer nos açudes que existem no nosso estado.

(Passa a ler.)

"Santa Catarina, hoje, é o maior produtor de ostras do Brasil e posiciona-se como um dos principais produtores de marisco. Mas é forçoso reconhecer que, para evoluir do atual estágio em que se encontra, a maricultura catarinense precisa contar com um novo apoio do governo do estado.

Se já está superada a fase da produção, agora os esforços precisam voltar-se à agregação de valor. Há inúmeras formas para agregar valor a um determinado produto. Uma delas pode ser alcançada sem grandes investimentos. Refiro-me à rastreabilidade, uma técnica moderna já aplicada a uma infinidade de produtos e que garante maior transparência em relação à qualidade dos produtos, proporcionando aos consumidores informações sobre todas as etapas envolvidas tanto na produção quanto no processamento, no transporte e no local da venda do produto rastreado.

Permito-me dar um exemplo do significado de uma eficiente rastreabilidade na valorização de um produto. Há alguns anos a imprensa catarinense noticiou que cientistas japoneses, quando da preparação de uma missão científica à Antártida, haviam escolhido como um dos itens alimentares o frango produzido pelo frigorífico Agrovêneto, sediado em Nova Veneza, região sul de Santa Catarina. Curioso sobre o porquê da seleção, procurei aquele frigorífico e fui informado que a escolha se dera em função do sistema de rastreabilidade utilizadoco, considerado pelos cientistas japoneses como um dos mais eficazes do mundo.

A adoção da rastreabilidade para os produtos originários da aquicultura de Santa Catarina, além de apresentar um avanço na qualidade dos produtos, pode gerar ganhos adicionais de considerável monta."

Só para v.exas. verem a importância, devo dizer que o produto rastreado na aquicultura já tem um valor agregado em torno de 20% no mercado brasileiro.

(Continua lendo.)

"Mas não há como imaginar que um pequeno empreendedor possa, às suas próprias expensas, arcar com todo ônus. O estado precisa envolver-se nesse processo.

Por isso, estou submetendo à consideração de v.exas. uma indicação ao governador do estado, que deverá enviar à Epagri, sugerindo o desenvolvimento de projetos voltados à implantação da reastreabilidade dos produtos originários da nossa aquicultura que possam ser usufruídos por todos os pequenos empreendedores que se dedicam a essa atividade no nosso estado."

Srs. deputados, é uma satisfação muito grande a presença de todos. A Casa hoje está cheia, alegre, ganhamos até pinhão, o que nos deixa comprometidos em prestigiar e participar, de fato, dessa maravilhosa festa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Altair Guidi.

Gostaria de registrar a presença da neta do deputado Altair Guidi neste plenário, a pequena Letícia, que quiçá será uma deputada amanhã ou depois.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira os primeiros minutos pertencem ao PP.

Há um requerimento sobre a mesa de autoria do deputado Joares Ponticelli. Neste requerimento consta que a bancada do PP cede o horário do PP para que o prefeito de Lages, Renato Nunes de Oliveira, e o sr. João Carlos Martins, juntamente com a rainha e as princesas, possam fazer o convite para a Festa do Pinhão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, na verdade a Mesa Diretora que v.exa. integra baixou uma resolução determinado que a suspensão de sessão para convites de festas e outros eventos sejam feitos após a Ordem do Dia.

Ocorre que o prefeito Renatinho, que se faz presente, assim como toda a comissão organizadora da Festa do Pinhão, juntamente com a rainha e as princesas, tem uma audiência às 16h30 com o governador Raimundo Colombo, que também é de Lages, cuja agenda não pode ser alterada.

A Ordem do Dia de hoje é um pouco extensa. Então, o deputado Silvio Dreveck, nosso líder, cedeu, em nome da bancada, e seria ele e o deputado José Milton Scheffer que fariam uso da tribuna hoje, o tempo do nosso partido para que fosse feito o convite para a Festa do Pinhão, tradicionalmente feito nesta Casa, seja feito neste horário.

Agradeço a v.exa. e à Mesa Diretora pela deferência e também a compreensão dos pares.

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Consulto os srs. líderes se podemos encaminhar da forma que o deputado Joares Ponticelli sugeriu.

É um gesto bonito porque o PP abriu mão da sua fala.

(Os líderes aquiescem.)

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, hoje a cidade de Florianópolis abriga um intenso debate em torno da Educação. É um dia de reflexão sobre o papel dos educadores, que fazem uma grande assembleia nesta capital, para a qual, inclusive, vou dirigir-me logo a seguir. Há pouco estive lá e pude verificar que veio um grande número de professores, de todo o estado, para fazer a discussão sobre o piso salarial do Magistério.

Sr. presidente, é preciso relembrar que o governo federal reconheceu o papel desses profissionais, mas no Brasil esse reconhecimento é bastante formal, não se traduz em qualidade de vida para os professores, no sentido de lhes possibilitar desenvolver sua atividade de forma digna, com salário decente.

Hoje as carreiras privilegiadas no estado brasileiro são, principalmente, as arrecadatórias e as fiscalizatórias. Os professores, muito diferentemente do que era no passado, ficaram muito defasados.

Porém, todos os candidatos, nos debates, seja qual for a eleição, manifestam-se sempre a favor da Educação, afirmando que ela vai transformar o nosso país, vai tirar da miséria um gigantesco contingente do povo brasileiro, vai enfrentar os problemas da saúde, os problemas do preconceito, os problemas ligados à violação de direitos humanos e até aqueles ligados ao saneamento.

Todos nós estamos criando uma tradição de delegar aos professores a tarefa de educar as nossas crianças.

O deputado Joares Ponticelli travou um grande debate nesta Assembleia Legislativa sobre o *bullying*, e compreendemos que no centro dessa questão está a concepção, hoje, da sociedade, que delega aos professores toda a educação dos nossos filhos: o caráter, a cidadania e não apenas a educação da letra. Mas esses professores estão sobrecarregados e mal remunerados. E, reconhecendo essa situação, o governo federal aprovou lei com o piso nacional, modesto, é preciso dizer, um pouco mais do que R$ 1.000,00, e muitos pedreiros em nosso país conseguem ter esse salário. Inclusive, vimos, profissionais da Educação indo para outros setores porque são mal remunerados. Digo pedreiros, com todo o respeito, meu pai é um deles, e por isso sei do que falo aqui.

O governo do estado de Santa Catarina, para nossa tristeza, foi um dos poucos estados do Brasil que não aderiu ao piso, é preciso que se diga, dentre os estados pobres do nosso país, foi um dos poucos que entrou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o piso nacional dos professores.

É uma grande contradição dizermos que defendemos a Educação, reiteradamente, digo nós como forma de me referir ao Parlamento, pois não integrava esta Casa no período, mas reiteradamente aprovamos leis para incluir nos currículos matérias que são, na verdade, inclusive, de cidadania, pois queremos que as nossas crianças aprendam, e o governo novamente traz para a discussão com os professores um novo problema. Houve o problema por não ter pago o piso, à época, o que gerou uma dívida, terá que discutir como irá pagar esse atrasado e, mesmo apontando para o futuro, faz de forma errônea.

Hoje houve a iniciativa do governo do estado, os jornais estampam, de considerar, por exemplo, o abono incluído nesse valor mínimo. Ora, senhores, é pouco R$ 1.000,00 para pagar um professor, é pouco! E precisamos fazer um esforço de estado para melhorar a carreira de um professor. Por isso, apoiamos a luta dos professores de Santa Catarina e lamentamos que hoje milhares de crianças no estado inteiro tenham ficado sem aula porque não se abriu a discussão sobre o tema, não se viabilizou a aplicação da lei e, mais do que isso, a decisão do Supremo Tribunal Federal. O apelo que se faz ao governo é que não entre com medidas protelatórias, como já se ventilou hoje, de embargos declaratórios sobre pontos obscuros. Não há pontos obscuros, senhores! Há uma determinação legal que o Supremo Tribunal Federal disse que é constitucional, e desejamos que o estado de Santa Catarina cumpra integralmente essa decisão.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Mas vou fazer uma inversão nos horários porque não tenho quem possa me substituir na condução dos trabalhos da Mesa. Chamarei, primeiramente, então, o PMDB e, posteriormente, o PSDB.

Com a palavra o deputado Carlos Chiodini, do PMDB, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente e srs. deputados, o assunto que trago hoje a esta tribuna tem afetado diretamente todos os brasileiros e tem sido motivo de alguns protestos justos, mas injustos a quem protestar. Trata-se de um setor do qual participo e com o qual convivo, que traz a questão dos altos preços dos combustíveis, a questão do "apagão dos combustíveis", vamos dizer assim, sobre o qual hoje quero trazer alguns dados para levarmos em consideração e também algumas proposições que estamos fazendo por meio de moção dirigida ao governo federal e ao governador do estado de Santa Catarina, para que esses preços possam ser regulados com a realidade do mercado brasileiro e da renda do Brasil.

(Passa a ler.)

"A alta nos preços do álcool e da gasolina influenciaram o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - em 62% do que foi em abril e março, ou seja, praticamente anularam o efeito da desaceleração no preço dos alimentos.

O preço do etanol subiu 10,78% em março, atingiu 11,20% em abril e já acumula alta de 31,09% neste ano. E, com isso, influenciou o preço da gasolina que ficou 6,26% mais cara em abril, após alta de 1,97% em março e valorização de 9,58% no ano.

O consumo de derivados de petróleo ultrapassou a produção e isso fará com que a Petrobras tenha um déficit de US$ 18 bilhões, enquanto em 2010 foram de US$ 13 bilhões os gastos a mais com a importação de derivados de petróleo para suprir o mercado interno. Portanto, estamos vivendo um 'apagão de combustíveis', pois as refinarias da Petrobras não refinam combustível suficiente, restando então importar. E que, no ano passado, o saldo da balança comercial brasileira, que foi de US$ 20,3 bilhões, poderia ter sido 64% maior, não fosse o rombo provocado com a importação de combustíveis.

Em 2010, pela primeira vez desde 2000, o país comprou mais derivados do que petróleo bruto, pois foram adquiridos 27.380.000m.000m³ de derivados ante 19.660.000m³ de óleo bruto, conforme dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). E no ano passado o país consumiu 117.900.000m³ de derivados de petróleo, número 11% a mais do que produziu. E a situação tende a piorar neste ano, fruto de uma frota de veículos automotores que não para de crescer.

O Brasil é auto-suficiente na produção de petróleo, mas extrai óleo do tipo pesado, que é menos adequado para o refino de gasolina. Por isso, precisa importar petróleo leve. Portanto, além do petróleo leve importado, a Petrobras importa em ritmo crescente derivados já prontos devido à demanda de mercado aquecida, muito além da capacidade de produção das refinarias.

Os postos de combustíveis junto com os consumidores são as vítimas dos aumentos de preços do etanol e da gasolina. Quem se indigna com o valor cobrado na bomba de combustível muitas vezes não tem idéia de toda a cadeia de produção e distribuição. O etanol anidro, aquele adicionado à gasolina, subiu 182% nas usinas entre junho de 2010 e abril desse ano. E isso sem incluir fretes ou impostos. Só essa alta provocou uma elevação de 19% no custo da gasolina, devido à adição de 25% de etanol anidro, e alta de 19% sem levar em conta impactos tributários ou de margens.

Neste mesmo período, as distribuidoras venderam a gasolina 14,5% mais cara aos postos que repassaram suas majorações em 11,6% a mais, segundo os preços médios apurados pela ANP. Tais aumentos muitos significativos para os postos de combustível têm sido absorvidos para não perder ainda mais as vendas. E tal medida significa, quase todas as vezes, o sacrifício das margens de lucro, diminuição do capital de giro e aumento do endividamento, pois quase todos os postos são pequenas empresas, com custo fixo variável e alto, fiscalização intensiva e carga tributária excessiva diante do faturamento em queda.

A gasolina quando sai das refinarias da Petrobras é 25% mais barata do que cobram as refinarias americanas, deputado Silvio Dreveck. Mas quando o consumidor final vai abastecer o seu carro, há um acréscimo de 57% de impostos. Com os impostos, o consumidor final paga pelo litro da gasolina 70% mais do que é cobrado em Nova York e 105% mais do que é cobrado na Rússia, por exemplo.

Vou dar o exemplo de 17 cidades de diversos países com o valor do litro da gasolina: Havana, Cuba, R$ 1,55; São Francisco, EUA, R$ 1,70; Nova York, EUA, R$ 1,42; Toronto, Canadá, R$ 1,68; Berlim, Alemanha, R$ 3,29; Londres, Inglaterra, R$ 3,41; Oslo, Noruega, R$ 3,32; Hong Kong, R$ 3,23; Tóquio, Japão, R$ 2,30; Buenos Aires, Argentina, R$ 1,19; Santiago, Chile, R$ 1,93; Caracas, Venezuela, R$ 0,10; Cairo, Egito, R$ 0,44; Johannesburgo, África do Sul, R$ 1,58; Sydney, Austrália, R$ 1,83; Teerã, Irã, R$ 0,17 e Kuwait, R$ 0,41.

Com certeza, se levarmos em consideração o poder aquisitivo, podemos afirmar que o preço da gasolina brasileira é a mais cara do mundo."

Diante disso, estou fazendo algumas sugestões que estamos encaminhando em forma de moção para o governo federal para que urgentemente crie o grupo de trabalho para tratar das medidas necessárias para a implantação das mudanças relativas à regulação do mercado do etanol, de acordo com a Medida Provisória 532, publicada no *Diário Oficial da União*, de 29/4/2011. Seria um grupo a ser gerenciado pela Agência Nacional de Petróleo, ANP, tornando-a responsável por toda a cadeia de produção, movimentação e abastecimento de biocombustíveis em todo o Brasil.

Valendo-se da Medida Provisória n. 532, que cresce e dá nova redação às Leis 9.478/97, Lei do Petróleo, e 9.847/99, lei que trata da fiscalização do abastecimento nacional de combustíveis e valendo-se da alteração feita pela mesma Medida Provisória n. 532, no art. 9º da Lei 8.723/93, que permite ao Poder Executivo federal elevar ou baixar a quantidade de etanol no litro do combustível, pedimos a imediata redução da adição do etanol anidro de 25% para 18%, que assim possa reduzir o preço da gasolina.

Que a Petrobras priorize a elevação urgente da sua participação na produção de etanol, dos atuais 5% para 15% do mercado, deixando assim a empresa pública, a

Petrobras, como um regulador mais forte do preço do etanol.

Que o governo federal edite uma medida provisória para enquadrar o metanol, que é considerado hoje produto agrícola, como um combustível e que tenha o seu preço regulado também pela ANP e não mais pelos interesses da iniciativa privada dos usineiros, afetando diretamente o bolso brasileiro.

Que, conforme o que foi dito pelo ministro da Fazenda, o sr. Guido Mantega, no dia 18 de abril, que o governo federal poderia reduzir a Cide, tributo federal que representa acréscimo de R$ 0,23 por litro de gasolina, pedimos que a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico, Cide, seja imediatamente reduzida de R$ 0,23 para R$ 0,15 o litro, pois vai dar uma redução significativa do litro do combustível. Lembramos que isso já foi feito em 1998, no então governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando a Cide foi reduzida.

Também sugestões para o âmbito estadual, que o governo do estado de Santa Catarina reduza, mesmo que de forma temporária, ou não atualize a tabela utilizada pela secretaria de estado da Fazenda para cobrar o ICMS sobre os combustíveis, tendo como referência o preço médio do litro no estado em pesquisa quinzenal da ANP.

Com o aumento verificado na gasolina e no álcool, o ICMS é de 25%. O ICMS dos combustíveis, vale considerar também, que é a maior fonte de arrecadação do estado de Santa Catarina.

Santa Catarina foi um dos 15 estados que reajustaram a média do ICMS sobre os combustíveis, ou seja, há estados que não reajustaram o preço médio ponderado ao consumidor. Talvez por entender que não era o momento de onerar ainda mais o consumidor. E em Santa Catarina será este o momento de reajustar? Não dá para esperar um pouco mais o início da safra e a queda dos preços?

A atualização do ICMS vai gerar um acréscimo ainda maior, em torno de cinco centavos o litro do combustível, que no tanque de 50 litros se consideraria um litro a mais, num carro popular 11km a mais rodados.

Resumindo, a partir de setembro de 2011 corremos sério risco, novamente, de desabastecimento de etanol e novos aumentos de preços da gasolina e do álcool.

Então, diante desse exposto pedimos a sensibilização do governo de Santa Catarina e também do governo federal para que desonere, leve em conta a realidade do consumidor e com isso tenha mais condições de melhorar o custo do litro para o consumidor que influencia diretamente no setor produtivo em diversos momentos do dia a dia.

Divido o tempo do partido com o deputado Edison Andrino.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o deputado Edison Andrino, pelo restante do tempo do partido do PMDB.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, srs. deputados, vou aproveitar os dois minutos que me restam e procurar falar sobre o assunto que iria abordar na tribuna no horário de Explicação Pessoal.

Quero fazer uma homenagem ao comandante Luiz Ademar Paes, que foi comandante da Polícia Rodoviária do Estado de Santa Catarina por quase dez anos e fez um belo trabalho.

Eu acompanho e acompanhei durante 13 anos, como deputado federal, o trabalho do comandante da Polícia Federal de Santa Catarina e posso afirmar que se existe um comandante que honrou sua passagem pelo comando da Polícia Rodoviária do Estado de Santa Catarina foi o companheiro comandante Paes, de Lages, que fez um belo trabalho, um homem prudente, educado, preocupado com a segurança da população nos momentos de fim de ano, de Natal, com o movimento das estradas federais de Santa Catarina. O Paes sempre prudentemente e preventivamente preocupava-se com a segurança, dando entrevistas, chamando a atenção dos motoristas, da população, e mereceu o tempo que permaneceu na frente daquela instituição.

Lamentavelmente, nós sabemos que política e cargos de confiança tem esses inconvenientes, esses contratempos, e agora o Paes que fez esse belo trabalho foi substituído frente à Polícia Rodoviária Federal.

Nós queremos, sr. presidente, como representantes do estado de Santa Catarina, levar um abraço à corporação e ao comandante Paes pelo trabalho elogiável que fez durante o tempo que permaneceu naquela instituição.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado, é muito oportuno o que v.exa. aborda de um grande homem, de um homem público, um bom profissional, que na sua essência tinha como metodologia a sua ação preventiva, educativa; quanto à punitiva, só em casos extremos. Por isso, é recomendável essa sua manifestação. Até quero incorporar o seu pronunciamento parabenizando o trabalho desse brilhante homem público.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado!

Sr. presidente, solicitaria a esta Casa que fizesse um expediente em nome de todos os parlamentares, de todas as bancadas, cumprimentando esse companheiro, esse valoroso profissional da Polícia, em nome principalmente do companheiro que me antecedeu e que também apóia a nossa proposta. Então, que se fizesse um requerimento de cumprimentos pelo belo trabalho que fez, desejando ao seu sucessor também êxito na nova missão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Antes, porém, deputado Nilson Gonçalves, com a sua permissão, descontando os minutos, quero anunciar a presença de Giovani Gregório, vereador de Calmon, ex-presidente da Câmara, do deputado Alcebíades dos Anjos, também vereador de Calmon e presidente do PP, que vêm aqui prestigiar o movimento dos professores que estão em reunião e assembleia hoje e buscar soluções de solicitações daquele município para o bem daquela comunidade.

Por isso, sintam-se à vontade Vano e Bide, como nós carinhosamente os chamamos lá em Calmon e com os amigos.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado Reno Caramori, srs. deputados, acho que muitos dos senhores tiveram a oportunidade de ontem receber em seus gabinetes ou em suas bancadas, como foi o que aconteceu comigo, a visita do delegado da DEIC, dr. Renato Hendges, juntamente com mais alguns delegados, procurando levar ao conhecimento dos srs. parlamentares a angústia por que passam os delegados de Polícia de Santa Catarina.

A primeira pergunta que vem é se todos aqui neste plenário conhecem uma delegacia de Polícia por dentro, não por fora, se todos os senhores já foram a uma delegacia de Polícia não como presos, mas como visitantes.

Se não conhecem, quero dizer-lhes que é um ambiente extremamente constrangedor. É um ambiente pesado. Quem já foi a uma delegacia de Polícia sabe o ambiente que é no seu dia a dia. É gente para todo lado. É gente reclamando. É gente chorando. É gente presa. É gente sendo solta. É um caos. E à frente de tudo isso está a figura do delegado de Polícia.

O delegado de polícia tem no seu início de carreira, depois que se forma em Direito, depois de fazer o exame da OAB, que é um verdadeiro vestibular, que fazer um concurso público. E para passar no referido concurso somente quem faz sabe a dificuldade que é. Depois de passar por todo esse calvário, vai enfrentar um dia a dia numa delegacia de polícia que mais parece um castigo do que uma promoção por ter um benefício por ter feito um concurso público dificílimo.

E o que acontece? No início de carreira de um delegado o salário é de R$ 4 mil e pouco. E delegado em fim de carreira tem R$ 6 mil e pouco. E esses delegados, capitaneados pelo dr. Renato, estão desde o início do ano tentando uma audiência com o governador do estado. No ano passado, o então governador Leonel Pavan fez um encaminhamento para que tivessem sua profissão reconhecida como de carreira jurídica e pudessem ter equiparação salarial com outros funcionários públicos, equivalentes ao seu nível. Passou aquele governo, entrou outro e desde o mês de janeiro esses delegados de Polícia estão tentando uma audiência com o governo do estado, mas não conseguem. Por razões diversas, as mais variadas possíveis, não conseguem marcar essa audiência.

Então, resolveram apelar para a Assembleia Legislativa e mesmo aqui estão tendo dificuldades. Estão colhendo assinaturas nos gabinetes no sentido de que, por iniciativa desta Casa, haja uma emenda à Constituição para que sejam enquadrados dentro da carreira jurídica do estado. Esse será o primeiro passo, e a partir daí começará outra batalha para que possam também ter o seu salário equiparado com os demais Poderes.

A pessoa que se atrever a falar alguma coisa de um delegado de Polícia precisa primeiro fazer uma análise literal. Nós sabemos que muitos delegados de Polícia têm desvio de conduta, mas muitos políticos, juízes, promotores, advogados também. Enfim, em todos os segmentos há pessoas com desvio de conduta e não podemos tomar por base essas pessoas para crucificar os demais. Entre os delegados de Polícia existem pessoas sérias, abnegadas e dedicadas. E o que se está pretendendo com essa Proposta de Emenda Constitucional - PEC - é resgatar-lhes o direito de ter a inclusão da sua profissão na carreira jurídica.

O deputado Silvio Dreveck inclusive já assinou, bem como os deputados Joares Ponticelli, Maurício Eskudlark. E eles estão tentando conseguir as 14 assinaturas necessárias. Nesse meio tempo alguém do governo ligou dizendo que eles serão recebidos no dia 8 de junho. Isso é bom, mas em nada tira o mérito dessa iniciativa de fazermos nesta Casa essa proposta de emenda à Constituição,

para que tenhamos o resgate da dignidade do trabalho dos delegados da Polícia Civil de Santa Catarina.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, inicio fazendo menção elogiosa ao pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves, referente à Segurança Pública de Santa Catarina, que reconhece de público, o que apoio prontamente, o trabalho excepcional dos delegados da Polícia Civil, da Polícia Militar, enfim, dos órgãos de segurança pública de Santa Catarina, e o que eles têm realizado em prol da segurança do cidadão catarinense.

Sr. presidente, desejo também fazer rapidamente menção, deputado Jorge Teixeira, a um projeto de minha autoria que passou na comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado na comissão de Finanças e Tributação e agora vai para a comissão de Saúde, onde eu espero que também seja aprovado, para que possamos votar no plenário, prosseguindo para a sanção do governador.

Esse projeto, deputado Jorge Teixeira, tem preocupação com a saúde pública e diz respeito à família catarinense, sobretudo às crianças, aos alunos da rede fundamental pública de Santa Catarina. Estou propondo que o estado, através da secretaria da Educação, possa oferecer merenda escolar diferenciada aos estudantes com doença celíaca. Portanto, esse projeto é da maior importância. Essas crianças necessitam de uma merenda diferenciada, mas o estado não a fornece. Elas não estão tendo acesso a essa merenda pública, e isso não é justo, racional! E tenho certeza de que o governador haverá de sancionar esse projeto de lei, que é importante para a saúde pública e para as crianças deste estado.

Também, sr. presidente, quero falar rapidamente a respeito de uma proposta que devo protocolar ainda esta semana, nesta Casa, em que proponho a criação do Fundo de Apoio ao Ensino Técnico em Santa Catarina.

Sr. presidente, há três fundos de apoio ao ensino superior, o que é fundamental. O art. 170 existe há mais de dez anos. O art. 171 é um fundo que começou com R$ 4 milhões, hoje está em R$ 15 milhões e deverá chegar a R$ 40 milhões. As empresas que recebem benefícios fiscais depositam 2% do faturamento nesse fundo. É também um fundo importante. Há a lei apelidada de Bolsa Jorginho, que foi criada no ano passado, aprovada por nós e que representa R$ 15 milhões.

Então, existem três fundos relativos quase à R$ 60 milhões para bolsas de estudo aos alunos carentes de Santa Catarina, que cursam o terceiro grau. Parabéns! Isso é importante, fundamental, para o ensino superior!

E o ensino técnico, deputado Valmir Comin, aquilo que os Estados Unidos, a Alemanha, a Europa fazem há mais de 30, 40, 50 anos? Nós não temos nenhuma bolsa pública do estado para o ensino técnico profissionalizante em Santa Catarina. E isso não é justo!

Portanto, estou apresentando um projeto de lei para consignar um percentual do art. 171, que ainda está em formação, para a concessão de bolsas de estudo para os filhos de trabalhadores carentes deste estado, para que possam frequentar escolas particulares de excepcional qualidade também.

A formação profissional é muito importante para que vivenciemos o pleno emprego no Brasil, e isso se dará, graças a Deus, pela competência de nossos gestores e pelo espírito de empreendedorismo do brasileiro.

Precisamos, efetivamente, sr. presidente, formar a nossa mão de obra. Quando disponibilizamos condições para que os nossos jovens possam buscar a formação técnica - podendo galgar postos mais elevados nas empresas, melhorar o salário, buscar trabalho mais sustentável -, estamos formando empreendedores. Se você tem uma formação técnica, pode comprar um torno, uma prensa, um equipamento e criar o seu próprio negócio. Precisamos de empreendedores ousados, corajosos, que possam aquecer a nossa economia e, sobretudo, criar vários postos de trabalho sustentável no Brasil.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Darci de Matos, quero parabenizá-lo pelo tema abordado e corroborar na íntegra com o que v.exa. fala nesta tribuna.

Vou ainda mais longe. Penso que a dedicação ao estudo deveria existir já na base, desde a pré-escola, com o ensino integral. Ou seja, que a criança pudesse passar o dia na escola, só saindo no final da tarde para os braços do pai e da mãe.

Vi uma pesquisa da fundação Getúlio Vargas dizendo que, hoje, as universidades brasileiras públicas e privadas formam em torno de 83 mil engenheiros, e a demanda é de 68 mil. Então, veja a defasagem que existe. É evidentemente que o aluno que faz um curso técnico já busca na sua qualificação o mercado de trabalho e oportuniza com isso a tranquilidade de poder fazer um curso superior.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Valmir Comin, quero concluir as minhas palavras agradecendo o aparte do deputado Valmir Comin e elogiando a presidenta Dilma Rousseff. E não vou elogiar porque o nosso partido vai ter uma relação republicana com a presidente. Quero elogiar o governo federal porque, em parceria com o estado, está construindo escolas técnicas em Santa Catarina.

Fazemos uma oposição e essa tem que ser racional, proativa, pensando no bem estar da nossa comunidade. Então, esse fundo que vai apoiar os filhos dos trabalhadores revela-se da maior importância para todos nós.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Queremos cumprimentar v.exa., deputado Darci de Matos.

Anteontem, no café da manhã com o governador e os líderes, ficamos sabendo que ele vai viajar, acompanhado do líder do governo, com a possibilidade de trazer uma grande montadora para Santa Catarina, para a região que mais necessita hoje, ou seja, a região sul ou a região serrana. Agora, como vamos fazer? O deputado Elizeu Mattos, com toda a sua força, levaria para a região serrana, onde está a mão de obra qualificada.

Então, essas escolas técnicas vão ajudar a qualificar a mão de obra para termos um estado preparado em todos os setores da economia, e a GM poderá vir para Santa Catarina.

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e pelo seu projeto que vai alertar e muito o governo nessa questão. Acho que v.exa. deveria fazer também essa viagem, porque Joinville está altamente preparada para receber qualquer montadora do mundo.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Quero concluir, portanto, minhas palavras também fazendo referência a uma entrevista do secretário da Educação, Marcos Tebaldi, em que coloca a importância da implantação do ensino integrado em Santa Catarina, o ensino de segundo grau. Deputado Jorge Texeira, não se justifica mais o jovem com 17, 18 anos se formar no segundo grau sem ter uma profissão.

Podemos estabelecer parcerias com a iniciativa privada, principalmente na área de tecnologia e de informação, e implantar em Santa Catarina o ensino integrado para que o jovem possa formar-se no segundo grau tendo uma profissão, já adentrando no mercado de trabalho com o seu emprego garantido.

Quero deixar um exemplo. Conversava com um amigo, um empresário de Joinville, que disse ter divulgado um anúncio oferecendo trabalho para engenheiro civil, com um salário de R$ 2.500,00, e que apareceu um monte de engenheiros. Ele publicou também um anúncio solicitando mestre de obras, com um salário de R$ 3.500,00, e não apareceu ninguém. Isso é fato.

Com isso está demonstrada a importância que tem o técnico. Precisamos não somente daqueles que vão pensar, planejar, mas, sobretudo, de mão de obra efetiva.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até onze minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, acho que a primeira questão a ser levantada nessa linha, deputado Darci de Matos, são os investimentos na área da profissionalização, da capacitação. O próprio governo federal vem investindo em todos os estados, e de uma maneira muito especial no estado de Santa Catarina, e tem-se conseguido avançar enormemente em muitas regiões deste estado.

A região da faixa de fronteira tem sido contemplada, bem como a região sul, norte. Enfim, todas as regiões do estado estão recebendo investimentos altíssimos, que garantem a capacitação e a profissionalização dos nossos jovens para atender às diferentes demandas do estado de Santa Catarina.

Nós estivemos recentemente no Centro de Convenções, deputada Ana Paula Lima, acompanhando a assembleia que está acontecendo com os profissionais da Educação. O deputado Sargento Amauri Soares lá estava também. Estivemos acompanhando um pouquinho toda a angústia que o conjunto dos professores está enfrentando neste momento. E há de se realçar que estiveram presentes naquela assembleia, além dos professores, que ultrapassaram o número de

sete mil, muitos estudantes e alguns pais de alunos que vêm prestando sua solidariedade a todo o conjunto dos profissionais da Educação em toda Santa Catarina.

Nós queremos aqui mais uma vez reforçar que a pauta de reivindicação é extremamente justa, altamente justa, ou seja, o piso salarial nacional, que já há um bom tempo se tornou lei, mas infelizmente no estado de Santa Catarina e mais quatro estados não aplicaram de imediato aquilo que determina a legislação maior.

Portanto, a principal reivindicação é justa e de direito. Além de ser um direito é uma questão de justiça a imediata aplicação do piso salarial nacional.

Quer dizer, não foi pedido nada mais do que aquilo que é de direito e é justo ao educador do estado de Santa Catarina. Claro que além da reivindicação da imediata implantação e aplicação do piso, que os nossos educadores não percam aqueles ganhos que tiveram ao longo de todos esses anos de carreira, que seria outra injustiça tremenda a ser cometida aos profissionais da Educação, aos nossos educadores e educadoras do estado catarinense.

Por isso, foi realizada, hoje, uma assembleia no CentroSul, na capital, que está reunindo mais de sete mil professores, num importante encontro que definirá se os educadores do nosso estado vão entrar em greve ou não. O que se observa é que existe uma inquietação muito grande por parte deles, e a grande possibilidade é de que, a partir dessa assembleia, a greve seja decretada em nível estadual.

Então, a minha preocupação, neste momento, de trazer esse assunto à tribuna da Assembleia é devido ao fato de que se a greve acontecer quem irá perder com tudo isso serão os estudantes, as famílias, os próprios professores, como também o nosso estado. Mas esperamos que o governo do estado de Santa Catarina atenda à principal reivindicação dos nossos educadores e educadoras implantando imediatamente o piso nacional para os nossos servidores da Educação sem perdas, que esse é o receio dos próprios educadores que tiveram, ao longo desses anos, toda uma caminhada, um processo, uma história, para poder garantir as diferentes vantagens que tiveram, que são justas e que são de direito de cada um deles.

Gostaria também de aproveitar este tempo que ainda disponho para falar sobre a dificuldade de se conseguir recursos para bancar as diferenças que surgirão quando da implantação do piso nacional. Quero dizer a todo o povo catarinense, aos srs. deputados e às sras. deputadas que solicitei ao governo do estado e à secretaria da Educação uma informação de quanto dinheiro está sendo gasto com os inativos da Educação.

Quero agradecer, prontamente, ao secretário da Fazenda e, ao mesmo tempo, ao governo do estado por atender imediatamente à solicitação que esta Casa fez ao Executivo estadual. De 2003 a 2010, foram gastos R$ 2.795.232.279,03 com os inativos do estado de Santa Catarina, no setor da Educação, que devem ser excluídos a fins de cálculo dos 25%. Isso dá em torno de R$ 350 milhões anuais. É muito dinheiro. E está prevista também uma despesa para a implantação do piso de R$ 15 milhões.

Portanto, poderíamos, somente com a exclusão dos inativos da folha de pagamento, para fins de cálculo do percentual dos 25%, ter recursos suficientes para bancar a implantação do piso nacional. Fora isso, estou acompanhando e fazendo um levantamento constante do Fundo Social, que deixou de investir, de 2005 a 2009, R$ 215 milhões porque está desobrigado a fazer os investimentos que a Constituição exige, tanto na Saúde quanto na Educação. Ou seja, há recursos disponíveis. Recursos existem, então, é preciso que façamos justiça aos servidores da Educação do estado de Santa Catarina.

Será uma pena se, porventura, viermos a enfrentar uma greve. Isso não será bom para ninguém: não será bom para o estado, não será bom para o governo, não será bom para a sociedade como um todo.

Então, é preciso que, neste momento, haja diálogo, haja a busca do entendimento tanto por parte do governo quanto por parte do movimento grevista, a fim de que possamos contornar essa situação da melhor forma possível, para que ela não se agrave, causando enormes prejuízos ao estado de Santa Catarina, notadamente à Educação.

Esse é o apelo que faço na tarde de hoje, em nome do Partido dos Trabalhadores, no sentido de que o governo busque, em conjunto com o Sinte, uma solução para os problemas que estão colocados. Sabemos das dificuldades, mas sabemos também que existem possibilidades de resolver a problemática uma forma salutar, para não chegarmos ao pior, que é uma greve que afetará sensivelmente a sociedade catarinense e o Parlamento, porque aqui também haverá reflexos negativos.

Era isso, sr. presidente, o que tínhamos a dizer de uma forma muito sincera e humilde, pedindo o máximo de empenho para que se chegue a bom termo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0009/2011, 0010/2011, 0022/2011, 0030/2011, 0032/2011, 0036/2011, 0037/2011, 0041/2011, 0045/2011, 0066/2011, 0067/2011, 0085/2011 e 0085/2011, todos de entidades sociais apresentando relatório de atividades.

Esta Presidência comunica ainda que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0021/2011, 0039/2011, 0046/2011, 0072/2011, 0077/2011, 0079/2011, 0090/2011 e 0097/2011, de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0096/2011, de autoria da deputada Angela Albino, que institui o Dia Estadual de Anita Garibaldi.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0047/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Monte Sinai, de Meleiro.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0058/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari, que declara de utilidade pública a Associação de Caridade Fanuel, de Criciúma.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0069/2011, de autoria da deputada Ada De Luca, que declara de utilidade pública a Associação Bombeiros Comunitários de Araranguá.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0099/2011, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que declara de utilidade pública o Solar Espírita - Sociedade Lageana Assistencial Aristeu Rodolfo, do município de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0120/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Surdos - Apas -, do município de Concórdia.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0122/2011, de autoria do deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores de Linha Morais, do município de Monte Carlo.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0251/2010, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores de Leite do município de Irineópolis.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2011, de autoria da bancada do PT, que revoga o art. 31 da Lei Complementar n. 0485, de 2010, que dispõe sobre o quadro de pessoal dos serviços jurídicos das autarquias e fundações e adota outras providências.

Está apensada ao projeto uma emenda substitutiva de plenário e, por consequência, o projeto retorna para a comissão de Constituição e Justiça, para que seja dado um parecer sobre a matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0095/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre a criação da Semana Estadual da Juventude Catarinense e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0264/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, 0265/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, 0266/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, 0267/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, 0268/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira; e 0269/2011 e 0270/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s 0528/2011, 0529/2011, 0530/2011, 0531/2011, 0532/2011, 0533/2011, 0534/2011, 0535/2011 e 0536/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, 0537/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar, 0538/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, 0539/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli, 0540/2011 e 0541/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, e 0542/2011, 0543/2011, 0544/2011, 0545/2011, 0546/2011, 0547/2011, 0548/2011 e 0549/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Moção n. 0022/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao ministro da Justiça, aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e ao advogado-geral da União, solicitando a intervenção no sentido de estabelecer permuta de área, por meio de convênio com o estado, para encerrar os conflitos entre agricultores e indígenas nos municípios de Cunha Porã e Saudades.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Moção n. 0040/2011, de autoria do deputado Elizeu Mattos, a ser enviada ao secretário de estado da Agricultura e Pesca, manifestando apoio e solicitando a manutenção da Cidade das Abelhas, bem como a continuidade dos serviços prestados pelos técnicos da Epagri.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passamos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, participamos, na tarde de hoje, juntamente com os deputados Dirceu Dresch, Neodi Saretta, Padre Pedro Baldissera e deputada Luciane Carminatti, da assembleia dos professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina, em Florianópolis, no CentroSul.

Srs. parlamentares, não dá para acreditar que uma categoria tão importante na educação das nossas crianças, dos nossos adolescentes, jovens e adultos ainda receba esse desrespeito do governo estadual. Digo desrespeito porque parece que esses profissionais são invisíveis ao secretário da Educação e ao governador do estado. E depois de uma longa luta, em nível nacional, deputada Dirce Heiderscheidt, pela implementação e aprovação do piso nacional do Magistério, o nosso estado, infelizmente, juntamente com mais quatro da nossa Federação, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade dois anos atrás, que foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula.

Foi uma vitória em nível nacional, mas, infelizmente, o nosso governador da época, Luiz Henrique da Silveira, entrou com essa Adin. Apesar disso, os professores ficaram quietos, trabalhando sem parar, educando os nossos filhos, os nossos adolescentes, os nossos jovens e também os adultos, fazendo um trabalho diuturnamente em Santa Catarina, à espera de uma decisão judicial. E essa decisão judicial foi tomada, agora, no mês de abril, em que os professores tiveram ganho de causa.

Que se cumpra a lei, então, srs. parlamentares! Que se cumpra a lei, sr. secretário de estado da Educação! Que se cumpra a lei, sr. governador Raimundo Colombo, que é tão preocupado com as pessoas no estado de Santa Catarina.

Quero dizer também que não há mais o que se discutir. A lei tem que ser cumprida, pois já foi dado ganho de causa aos nossos professores. A lei deve ser aplicada, srs. parlamentares, em toda a sua totalidade.

O piso nacional do Magistério tem que ser aplicado sobre o piso da categoria e não somando sobre as gratificações, que foi uma conquista anteriormente dada a esses profissionais. O piso nacional é vencimento, as gratificações não podem ser taxadas como vencimento, são remunerações.

Assim sendo, este governo precisa entender de uma vez por todas que a educação tem que ser levada a sério e os educadores valorizados.

Srs. deputados, sra. deputada, público catarinense, vou dar como exemplo, de todos os estados da nossa Federação. O Piauí, que é um estado pequeno, que fica no nordeste, cumpre a lei pagando o piso nacional do Magistério. Santa Catarina, que se diz um estado rico, um estado diferente dos outros da Federação, não cumpre com o piso nacional do Magistério.

Foi com essa intenção que solicitamos, através da comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa, a convocação do secretário de estado da Educação, Marco Tebaldi, para prestar esclarecimentos a nós, parlamentares, ao Magistério catarinense e à sociedade catarinense, sobre o piso nacional do Magistério.

Participamos, na tarde de hoje, no CentroSul, da assembleia dos professores da capital, e o indicativo, srs. parlamentares, é de que ocorra paralisação, greve. E quero aqui dizer ao povo catarinense que eles estão com razão, porque neste estado a lei tem que ser cumprida. O governador do estado e o secretário de estado da Educação têm que cumprir a lei nacional, aprovada na Justiça ainda no mês de maio, a fim de ela ser implementada de uma vez por todas.

Dito isso, srs. deputados e sra. deputada, quero também falar sobre outro assunto que me leva à tribuna, na tarde de hoje. Amanhã, dia 12 de maio, começam as comemorações da Semana da Enfermagem, quando dos dias 12 a 20 de maio comemoraremos o Dia do Enfermeiro.

Então, amanhã, dia 12 de maio, terá início à 72ª Semana Brasileira de Enfermagem. O evento acontecerá até o próximo dia 20 de maio, que trará como debate o seguinte tema: "Cuidado de Enfermagem, Ética e Inovação".

É uma oportunidade, público catarinense, para que os profissionais da área de Enfermagem, estudantes, debatam temas pertinentes à nossa profissão. Destaco alguns assuntos em pauta, como, por exemplo, o preparo do profissional, a formação acadêmica do profissional, as condições do mercado de trabalho, além da educação em serviço.

A semana também tem como objetivo estimular o debate político sobre as bandeiras das entidades dessa extraordinária categoria profissional, da qual tenho a grande honra de pertencer, porque sou formada em Enfermagem pela Universidade do Vale do Itajaí, a Univali, atuando por muitos anos como enfermeira na cidade de Blumenau e no município de Joinville.

Afinal, a grande nobreza da Enfermagem são os profissionais da Saúde, deputado Valmir Comin, que são pessoas que

cuidam de gente. É esse o nosso trabalho diuturnamente em hospitais, nas empresas e também na rede de saúde pública.

No Brasil, srs. parlamentares, somos mais de 1.500 milhão trabalhadores na área da Saúde, na área da Enfermagem. No estado de Santa Catarina, temos 8.670 enfermeiros, sendo que 9.468 são auxiliares de Enfermagem e 24.348 técnicos de Enfermagem.

Esse quantitativo representa mais de 55% da força de trabalho do Sistema Único de Saúde e seu potencial é comprometido em elevar o nível de excelência desse sistema de saúde pública com qualidade.

Para efetivar o SUS, Sistema Único de Saúde, nós temos o dispositivo do controle social. E a Enfermagem está desafiada a participar das conferências de saúde que se estão realizando este ano no Brasil. E destaco a cidade de Blumenau, onde desde a semana passada, em diversos bairros, estão acontecendo as conferências municipais. E logo mais também vai acontecer no estado, escolhendo delegados para a Conferência Nacional de Saúde.

Como enfermeira e como deputada, exercendo o meu mandato, defendo a classe aqui porque tenho acompanhado fortemente as lutas e conheço os anseios da minha categoria e as conquistas dessa profissão. Nós, no nosso mandato, temos atuado junto ao Congresso Nacional para a aprovação, de uma vez por todas - e esse é um pedido e um anseio dessa categoria -, do Projeto de Lei n. 2.295, que tramita no Congresso Nacional desde 2000 e que estabelece a jornada de trabalho em 30 horas para a Enfermagem.

Também, ao lado dos enfermeiros e das enfermeiras, estive no manifesto contrário ao ato médico e na luta por condições melhores de salários e de trabalho na Enfermagem.

Ao encerrar, sr. presidente, quero, na data de hoje, dar os parabéns aos organizadores da Semana Brasileira de Enfermagem e, de forma muito especial, a todos os profissionais da Saúde, deixando aqui uma reflexão com as palavras de Leonardo Boff: "Cuidar é mais do que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais do que um momento de atenção. Representa uma atitude de ocupação, de preocupação, de responsabilização e de envolvimento efetivo com o outro."

Por isso, sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, na nossa profissão, com respeito às demais profissões, nós temos uma coisa muito importante: cuidar das pessoas. É isso que fazem os profissionais da Saúde.

Quero dar os parabéns a essa categoria à qual pertenço e da qual eu me orgulho. E também gostaria de dizer que do dia 12 de maio ao dia 20 de maio nós estaremos comemorando a Semana da Enfermagem. Portanto, dou os parabéns a todos os profissionais da Enfermagem do estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e amigos da Rádio Alesc Digital, quero dizer da satisfação de poder usar da tribuna na tarde desta quarta-feira.

Ontem, estivemos no Parlamento gaúcho, junto com os deputados daquele estado, onde tivemos a oportunidade de constituir a Frente Parlamentar em Defesa do Carvão Gaúcho, Carvão Catarinense e Carvão Paranaense, afinal de contas, carvão nacional.

Vou passar a discorrer sobre alguns dados estatísticos com relação ao consumo do carvão no mundo, sendo que a matriz energética, em alguns países, extrapola percentuais que nós não imaginamos.

Geração de energia ou fonte energética: na África do Sul, 94% da matriz energética é produzida através do carvão; na Polônia, 93%; na China, 81%; na Austrália, 76%; em Israel, 71%; na Índia, 68%; no Cazaquistão, 70%; na República Checa, 62%; no Marrocos, 57%; na Grécia, 55%; nos EUA, 49%; na Alemanha, 49%.

No Brasil, inobstante o porte das jazidas lavráveis existentes, a participação do carvão mineral na geração térmica de energia elétrica ainda é insignificante, registrando-se a 1,6% (base 2008). Realmente, estamos muito distantes e ainda temos muito que avançar.

De acordo com o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral - DNPM - e também o ministério de Minas e Energia, de jazida auferida, pesquisada, minerável, no país, basicamente nos três estados do sul chegamos à monta de 32 bilhões de toneladas. Isso representa dizer que Santa Catarina detém 18% dessas jazidas, o Paraná em torno de 4% e o restante está em subsolo rio-grandense-do-sul.

Um estudo do técnico e químico da Petrobras, Ricardo Falabella, mostra a capacidade e o potencial que temos no subsolo catarinense e gaúcho.

Aliás, voltando um pouco, quero dizer que tivemos a oportunidade de estar em Pittsburgh, nos Estados Unidos, onde lá visualizamos o laboratório de Fischer & Tropsch de 1910 gerando óleo diesel, gasolina e querosene.

Vejam que o ditador Adolf Hitler, quando cercado pela coalizão por ocasião da II Guerra Mundial, manteve as suas máquinas de guerra e a manutenção do seu país gerando diesel, gasolina e querosene a partir do carvão.

E está diagnosticado nesse estudo desse técnico da Petrobras que nos três estados, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, daria para processar 322 mil barris de óleo por dia durante 50 anos, óleo esse que o Brasil importa da Nigéria, do Tipo A, para se fazer e promover o *blend* do combustível nacional.

Imaginem, senhores, dentro da cadeia produtiva, quantas dezenas de milhares de empregos, de agregação de valor, de oportunidade de renda poderíamos desencadear e desenvolver a partir do estudo do carvão!

Na Alemanha, 63 subprodutos são extraídos do carvão, em que basicamente 1kg equivale a 1.000kg de carvão - é de um para mil. Vejam a agregação de valor que é possível se fazer a partir dos subprodutos que são agregados a esse minério precioso. Evidentemente que para isso acontecer há necessidade de vontade política. E foi com esse propósito que estivemos no Rio Grande do Sul formando a Frente Parlamentar Gaúcha, em parceria com a Frente Parlamentar Catarinense, através de requerimento que este deputado apresentou na tarde de hoje e que, com certeza, deverá ser aprovado pelos 40 deputados. E lá tivemos a participação de vários mineradores de empresas públicas e privadas, como a CRM, uma empresa estatal rio-grandense-do-sul, e também a Copelmi Mineração Ltda., uma empresa privada, buscando uma parceria conjunta. E tivemos a oportunidade de entregar ao governador Tarso Genro uma nota técnica sobre a participação de usinas termoelétricas de carvão mineral no contexto nacional para os próximos leilões, chamados de A-5, que vão acontecer num breve espaço de tempo.

Se num país de uma dimensão continental como o nosso, que vem crescendo, deputado Silvio Dreveck, não tivemos apagão no governo passado, foi por força do destino, porque as previsões dos mais entendidos eram de que teríamos, no mínimo, dois ou três apagões, pela precipitação dos níveis de chuva. E a regularização dos grandes rios, como a Usina de Itaipu, promoveu uma ação garantindo a sustentabilidade no abastecimento de energia para as indústrias nacionais.

No ritmo em que o país está-se desenvolvendo, não diferente de Santa Catarina, que se diferencia dos demais estados da federação, nós precisamos nos precaver, dentro de um planejamento agressivo, consistente e dentro de uma política pública séria em que a gestão e a participação do estado sejam permanentes, fortes e eficazes.

Por isso, com relação a essa nota técnica que foi entregue ao governador Tarso Genro, deverá ser procedido da mesma forma ao governador Raimundo Colombo, com o qual já fizemos contato. E precisamos interagir conjuntamente, a bancada estadual catarinense com a bancada estadual rio-grandense-do-sul, a bancada federal catarinense com a bancada federal rio-grandense-do-sul, os senadores e os dois governos, dentro de uma ação conjunta, para forçar o governo federal a criar uma política com um propósito específico para a geração de energia a partir do carvão. Isso sem contar os insumos agregados nos subprodutos na cadeia produtiva do carvão, como o sulfato de amônia que importamos da Rússia, para produzir o fertilizante tão importante para a geração dos produtos agrícolas.

Imaginem os senhores o quanto custa a *commodity*, o transporte, e o quanto isso inviabiliza a condição de o nosso produtor poder competir com os países desenvolvidos que subsidiam esse tipo de produto. E nós poderíamos tê-lo dentro da cadeia produtiva do carvão, sendo gerado aqui no estado de Santa Catarina, no estado vizinho do Rio Grande do Sul e no estado vizinho do Paraná, criando autonomia própria, independência, divisa e segurança dos produtos exercidos na produção agrícola.

Por isso, eu faço, com muita tranquilidade, esse pronunciamento enaltecendo esse setor que vem sendo esquecido. E aqui falo que por parte do governo federal falta uma política estratégica e específica como forma de diversificação da nossa economia, na agregação de valor, de oportunidade de emprego e renda para o nosso povo e a nossa gente.

Era isso o que tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença no plenário do prefeito Adelmo Alberti, da cidade de Bela Vista do Toldo, terra de Valdir Padilha, meu colega delegado. E o prefeito está aqui acompanhado do vereador Giovanni e de vários vereadores.

Portanto, quero dizer da satisfação que tive ao saber do empenho que o prefeito Adelmo Alberti tem tido com o município, e agradecer a sua visita na nossa Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Sejam todos bem-vindos!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e deputado Romildo Titon, cada vez que entro no meu gabinete sinto-me mais satisfeito em defender os produtos catarinenses. V.Exa., que é um grande apreciador de *prosecco*, de vinho branco seco, certamente também aprecia os vinhos de altitude de Santa Catarina, a exemplo dos de Campos Novos.

Por isso, registro, mais uma vez, nesta Casa, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, que do dia 26 ao dia 28 participei da ExpoVinis, em São Paulo, na qual competiram vinhos do mundo inteiro. Nem todos os países produtores de vinho estavam presentes, mas a grande maioria dos produtores de vinhos finos, vinhos de qualidade, estavam presentes na ExpoCenter Norte, em São Paulo, expondo os seus produtos de uvas, além de vinho e seus derivados.

Mas, para a nossa alegria, srs. deputados, vimos lá os vinhos catarinenses. Onze vinícolas se apresentaram e, dentre as 11, seis delas foram classificadas.

(Passa a ler.)

"Abaixo, os vinhos que se destacaram na ExpoVinis 2011, por figurarem na relação dos 40 rótulos classificados para o *Top Ten*, ou seja, entre os dez primeiros colocados da feira. Os vinhos foram listados com a colocação e a categoria na qual participaram do concurso:

Branco Sauvignon Blanc:

- Villa Francioni Sauvignon Blanc 2009 (terceiro lugar);

- Sanjo Núbio Sauvignon Blanc 2010 (quarto lugar).

Branco Chardonnay:

- Monte Agudo Terroir de Altitude Chardonnay 2008 (segundo lugar).

Branco de outras castas:

- Sanjo Maestrale Integrus 2008 (terceiro lugar).

Doce/fortificado:

- Quinta Santa Maria - *Portento 2006* (segundo lugar).

Tinto nacional:

Santo Emílio Leopoldo Cabernet Sauvignon/Merlot 2007 (segundo lugar)."

Na ExpoVinis 2011 apresentaram-se os associados da Acavitis, Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude: Vinícola Kranz, Vinhedos do Monte Agudo, Vinícola Suzin, Casa Pisani, Vinícola Santa Augusta, Vinícola Pericó, Villagio Grando, Vinícola Quinta das Neves, Vinícola Quinta Santa Maria, Vinícola Villa Francioni e a Cooperativa Sanjo.

Deputado Silvio Dreveck, essas são empresas que orgulham Santa Catarina, pelos produtos que apresentaram na ExpoVinis 2011.

Por isso me orgulho de ter representado este Poder nesse evento no qual o mundo inteiro esteve representado nas categorias de vinhos brancos, tinto, *rosé*, adocicado, doces naturais e assim por diante. Mas lá também tivemos a oportunidade de assistir a um lançamento.

(Passa a ler.)

"Acavitis lança comercialização coletiva na ExpoVinis 2011

Além de novos vinhos e vinhos de novas safras, a Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude - Acavitis - apresentou uma grande novidade na ExpoVinis 2011. Trata-se da Coopervitis, o braço comercial da Acavitis, que responderá pelas vendas coletivas para todo o Brasil dos vinhos finos elaborados nas regiões de altitude de São Joaquim, Caçador e Campos Novos.

A Coopervitis é formada pela união de 16 produtores. A cooperativa irá comercializar, de forma conjunta, a partir do estado de São Paulo, cerca de 180 rótulos de vinhos finos elaborados nos novos *terroirs* de altitude de Santa Catarina. O objetivo é beneficiar os clientes de um modo geral, através da promoção de vendas sem intermediários, com entregas mais rápidas e preços mais competitivos. E também melhorar a oferta dos vinhos de altitudes de Santa Catarina para todo o Brasil.

Os vinhos comercializados pela Coopervitis tiveram seu nível de qualidade avaliado e aprovado por um comitê degustador, formado por enólogos, *sommeliers* e representantes dos consumidores.

A implantação das Vendas Coletivas da Acativis (VCA) acontecerá por etapas. A Coopervitis contará com estruturas administrativas, de armazenamento, logística, comunicação de *marketing* e de vendas. Esse complexo será apoiado por lojas virtuais, serviço de mala-direta aos consumidores e até mesmo lojas franqueadas num futuro próximo. Os atuais canais de distribuição das vinícolas da Acavitis não serão prejudicados. Eles poderão beneficiar-se da estrutura da Coopervitis.

Fomos conhecer o estande da Coopervitis, essa inédita e moderna forma de comercialização coletiva de vinhos finos de altitude criada pela Acavitis. O vinicultor e presidente da Coopervitis, Walter Kranz, esteve no estande fornecendo todas as informações sobre o sistema de vendas coletivas. Também estiveram presentes o presidente da Acavitis, José Eduardo Bassetti, e ll produtores de vinhos finos de altitude, que colocaram em degustação cerca de 60 rótulos de vinhos secos, espumantes e vinhos doces naturais."

Srs. deputados, é com muito orgulho que fazemos esse registro, mais uma vez, deputado Neodi Saretta, v.exa. que também conhece a nossa região, para insistentemente mostrar a Santa Catarina e ao Brasil os vinhos do nosso estado. Fizemos até algumas degustações nesta Casa, no nosso gabinete, onde a visitação foi muito acentuada.

Temos que competir com os vinhos importados, que são de qualidade, é obvio que respeitamos os vinhos chilenos, argentinos, italianos, franceses, da África do Sul etc. Mas, como catarinenses, temos que experimentar os nossos vinhos, degustá-los e conhecer o nosso produto. É obvio que ainda não há uma divulgação excelente desses produtos, mas agora teremos a Coopervitis fazendo esse trabalho, além da distribuição dos vinhos.

Queremos colocar o vinho de Santa Catarina em São Paulo, no Rio de Janeiro em até 24 horas, num acordo com empresas transportadoras que darão privilégios e segurança na distribuição do nosso produto, inclusive, com venda direta dentro dos restaurantes finos de São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro. Até em Porto Alegre temos clientes que buscam os nossos vinhos.

Respeitamos os vinhos gaúchos, é óbvio, pois têm uma tradição até maior do que a nossa, mas competimos em qualidade, talvez não em quantidade de vinhedos, mas com uma tecnologia aprimorada, todas elas com o seu enólogo, com o seu agrônomo, com os seus técnicos para produzir um produto de qualidade dentro das normas técnicas mundiais.

Por isso, parabéns...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, Rádio Alesc Digital ou na tarde desta quarta-feira, antes de mais nada, gostaria de registrar um fato curioso que ocorreu neste plenário há alguns instantes, deputado Reno Caramori. As coisas estão, de fato, diferentes na política nacional e estadual também. E esse fato curioso a que me refiro, deputado Joares Ponticelli, envolveu a sua bancada. Percebi que o deputado Manoel Mota saiu da sua bancada e veio até o lado de cá para conversar, amistosamente, com o deputado Silvio Dreveck.

Sinais dos tempos, deputado Elizeu Mattos! Partido único na política nacional e na política catarinense. Também seria isso? Essa é uma pergunta que talvez a gente tenha que esperar um ano, seis meses, até dois anos, mas alguma resposta vai sair disso, com certeza, dessas novas configurações na política do Brasil e do estado de Santa Catarina.

Gostaria de registrar, também, como outros deputados já fizeram aqui, a assembléia geral dos professores e professoras do Magistério estadual, organizada pelo Sinte, que está acontecendo ainda, na tarde de hoje, aqui no CentroSul, em Florianópolis.

Deputada Ana Paula Lima, costumo estar presente, faço questão, faço um esforço para ir, mas nunca havia visto uma assembleia tão grande.

Está certo que outras maiores já houve no Brasil em algumas décadas atrás, mas aqui em Santa Catarina não sei se alguma vez já houve uma assembleia com esta, com oito mil pessoas participando, do serviço público. Então, chega a ser emocionante ver esse contingente de servidoras e servidores públicos reunidos, para discutir a pauta de interesse deles. Evidentemente, que uma pauta deveras atrativa, que é a implementação do piso nacional de salário no estado de Santa Catarina, que agora é uma obrigação legal. E já não há mais como espernear, não há mais para onde correr, não há mais nenhum subterfúgio, ou seja, é preciso que seja cumprida.

Então, isso chama a atenção dos professores que querem que a lei federal seja cumprida dentro dos critérios da própria lei, dentro daquilo que o Supremo Tribunal Federal definiu. Que seja respeitada a progressão na carreira, porque não basta dar um abono para aqueles que ganham menos chegarem até o valor do piso. Não! Não é isso que a lei federal diz. O piso deve ter o valor "x", o vencimento base deve ter o valor "x". Evidentemente, que precisa ser preservada a carreira, a legislação que existe em termos de carreira em cada estado.

O que não pode é apenas dar um abono para quem entrou no ano passado, pois isso significa dizer que a professora que está há 20 anos trabalhando no Magistério vai ganhar igual àquela que entrou no ano

passado. Seria um achatamento, um desrespeito, que o próprio governo do estado já fez, em termos de salário, aqui no nosso estado.

Srs. deputados, o CentroSul não conseguiu acomodar todos os professores, deputado Silvio Dreveck, pois o espaço foi pequeno para a quantidade de pessoas de todas as regiões do estado que estão aqui. Eu creio que vão dar uma caminhada pela capital ou já estão caminhando, neste momento, e vão parar o centro da cidade, porque com a mobilidade urbana que temos aqui, oito mil pessoas caminhando no centro da cidade vão, evidentemente, impedir a circulação dos carros.

Então, é preciso que tenhamos uma ideia do potencial disso, e o governo tem que tomar uma posição rápida, porque há, inclusive, a possibilidade e a deliberação para que a partir da semana que vem haja uma greve geral do Magistério estadual, caso o governo não apresente uma proposta de pagamento do piso nacional de salário obedecendo aos critérios da legislação estadual também e da legislação federal.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. deputado Sargento Amauri Soares, faço um aparte para fazer um comunicado e um convite importante aos srs. deputados. Estive na assembleia dos professores e havia muita gente presente nesta justa reivindicação. Nesse momento, os professores fariam uma caminhada, uma manifestação, obviamente, pacífica, e acabo de receber a informação de que eles estão sendo impedidos de sair do CentroSul. Inclusive, há uma solicitação para que os deputados ajudem nessa intermediação. Então, convidos os srs. deputados para irem ao local, deputado Sargento Amauri Soares, sra. deputada Ana Paula Lima, que preside esta sessão, intermediar isso. Temos que saber o que está acontecendo porque eles estão sendo impedidos de fazer aquilo que a Constituição garante, que é o direito de ir e vir e, muito mais ainda, de se manifestar.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta, aproveito a oportunidade para dizer que considero isso grave e recorro ao comandante geral da Polícia Militar e ao secretário da Segurança Pública, César Grubba, assim como às demais autoridades do governo, para que essa atitude arbitrária não seja mantida. Toda pessoa tem o direito de se manifestar, e seria absurdo manter os professores, nesse caso, enclausurados dentro do CentroSul, porque estão em grande quantidade. Seria absurdo isso e, com certeza, é lamentável para um estado democrático de direito e para uma sociedade democrática.

Então, recorro às autoridades da Polícia Militar e da secretaria da Segurança Pública do governo do estado para que isso seja resolvido da melhor forma possível e que os professores possam, caso tenham definido nesse sentido, fazer, sim, uma manifestação, uma caminhada pelo centro da capital. Não é possível que tenhamos a proibição de uma manifestação pública de caráter pacífico. Eu, como policial militar, sinto-me, inclusive, triste, caso isso realmente ocorra, que os nossos irmãos de farda sejam obrigados, porque nesse caso serão obrigados, por decisão superior, a cumprir uma ordem que é inconstitucional e ilegal.

É grave o que o deputado Neodi Saretta falou. Espero que as autoridades reflitam sobre isso e que todos os professores que estão no CentroSul tenham o direito de se manifestar, evidentemente, de forma pacífica, pois são professores e professoras, não há ninguém lá pensando em perturbar, estão requerendo um direito e por isso podem, sim, manifestar-se. Seria lamentável que se mantivesse uma posição como essa, que inclusive pode ter consequências dramáticas se de fato for mantida. Mas recorro às autoridades no sentido de que tudo possa acontecer na melhor calma e na maior demonstração de que vivemos em uma sociedade democrática.

Enquanto isso, evidentemente, há o mesmo sentimento de insatisfação, de descontentamento na base da Segurança Pública, na Saúde Pública e com das outras secretarias do Poder Executivo. Descontentamento com a questão salarial, sim, temos outras questões pendentes, algumas, inclusive, graves, urgentes, como a questão da anistia da lei federal, a Lei n. 12.191, que dá anistia aos policiais e bombeiros militares que se manifestaram pelo cumprimento da Lei 254, no final de 2008.

É uma lei federal que está em vigor no Brasil inteiro, portanto, aqui em Santa Catarina também. Não é porque o governo do estado, à época, Luiz Henrique da Silveira, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que não se precise cumprir a lei. Essa é a questão mais urgente que temos aqui na Segurança Pública, em nosso estado, mas, com certeza, a questão salarial é bastante séria, como já falei, por parte dos praças da base da Polícia Civil e do sistema prisional.

Existe um descontentamento, inclusive, pela discriminação salarial que foi impetrada nos últimos dois anos, com setores de cúpula recebendo R$ 2 mil e setores de base R$ 250,00 tão somente. A discriminação salarial, a estagnação da carreira e o não cumprimento da anistia têm prejudicado a Segurança Pública que a sociedade catarinense tem e precisa.

Os praças farão uma assembleia depois de amanhã, na próxima sexta-feira, para debater todas essas questões e tomar posição com relação a isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

Muito obrigado, sr. deputado Sargento Amauri Soares.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## AVISO DE LICITAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2011

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, COLETA SELETIVA DE LIXO E ENTULHOS.**

**DATA**: 25/05/2011 - **HORA**: 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES**: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00h do dia 25 de maio de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, do Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, nº 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 12 de maio de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

## ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

**ATA DA 9ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 10 DE MAIO DE 2011.**

Às nove horas do dia dez de maio do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se à Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Elizeu Mattos, Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark, Dirceu Dresch, Joares Ponticelli, José Nei Alberton Ascari, Joares Ponticelli, Pedro Baldissera substituiu Volnei Morastoni, Marcos Vieira substituiu Dado Cherem. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 8ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade e passou a palavra aos senhores deputados para relatar as matérias em pauta: **O Deputado José Nei Ascari** relatou o Projeto de Lei Complementar de nº 004.0/2011, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; o Projeto de Lei Complementar de nº 0011.0/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; o Projeto de Lei de nº 0064.6/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0079.2/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch e os Projetos de Lei de nº 0055.5/2011, 0105.9/2010,

0110.6/2011 exarou pareceres pela diligência externa, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar de nº 0001.8/2011 exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei de nº 0405.7/2010 exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Emenda Constitucional de nº 005.3/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 007.3/2011 exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Lei de nº 034.0/2011, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0364.4/2008 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dado Cherem; o Projeto de Lei de nº 057.7/2011 exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0031.8/2011 exarou parecer favorável com emenda modificativa e supressiva, que posto em discussão e votação foi aprovado por maioria. **O Deputado Elizeu Mattos** devolve sem manifestação do voto vista do Projeto de Emenda Constitucional de nº 0013.3/2010, o parecer do relator Deputado Dirceu Dresch favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0132.1/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei de nº 0143.4/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei Complementar de nº 0021.1/2010 exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0134.3/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido vista coletiva ao Deputados membros da CCJ. **O Deputado Maurício Eskudlark** relatou o Projeto de Lei de nº 0117.2/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni e o Projeto de Lei de nº 0037.3/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Lei de nº 0128.5/2011, exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0127.4/2011 exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, do qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presença ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 2011.

**Deputado Romildo Titon**
**Presidente**

*** X X X ***

## OFÍCIO

**OFÍCIO Nº 182/11**
**SOCIEDADE ALFA GENTE**

Ofício Nº 086/11 Florianópolis, 13 de maio de 2011.

Da Sociedade Alfa Gente

À

Assembleia Legislativa de Santa Catarina

**Assunto:** Encaminhamento de Documentos para Manutenção de Utilidade Pública Estadual

Senhor(a)

Encaminho anexos os documentos necessários para a comprovação do funcionamento e manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual da Sociedade Alfa Gente:

I. Relatório anual de atividades do exercício anterior;
II. Atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;
III. Certidão atualizada do registro de entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas:
IV. Balancete Contábil.

Atenciosamente,

Ranusia Bonin Correia
Diretora - Presidente

*Lido no Expediente*
*Sessão de 12/05/11*

*** X X X ***

## PORTARIAS

**PORTARIA Nº 2085, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ADRIANO RODRIGUES**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (DL - CC - Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2086, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **EVITA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 6387, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 12 de maio de 2011 (Gab Dep Jorge Teixeira).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2087, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR EVITA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 6387, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 12 de maio de 2011 (Gab Dep Jorge Teixeira).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2088, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **PAULO ROBERTO MANGER KNOLL**, matrícula nº 6165, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 12 de maio de 2011 (Gab Dep Jorge Teixeira).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2089, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR PAULO ROBERTO MANGER KNOLL**, matrícula nº 6165, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 12 de maio de 2011 (Gab Dep Jorge Teixeira).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2090, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **RUDI ALOISIO RASCH**, matrícula nº 5623, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 12 de maio de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2091, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **NERY JOSE FRIZZO**, matrícula nº 4175, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 12 de maio de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2092, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **ALCEDIR JOSÉ CASAGRANDE**, matrícula nº 6383, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 12 de maio de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2093, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **ANTONIO POPIOSKI**, matrícula nº 6730, do cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-28, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 12 de maio de 2011 (MD - Gabinete da Presidência).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2094, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ANTONIO POPIOSKI**, matrícula nº 6730, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 12 de maio de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2095, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **GLADIS REGINA BIZOLO DOS SANTOS**, matrícula nº 6856, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 12 de maio de 2011 (CGP - Colegiado de Bancadas).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2096, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR GLADIS REGINA BIZOLO DOS SANTOS**, matrícula nº 6856, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 12 de maio de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2097, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ISAMAR VENDRAMIN**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (CGP - Colegiado de Bancadas).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2098, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **ADAIR DEUCHER**, matrícula nº 6793, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2099, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ADAIR DEUCHER**, matrícula nº 6793, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2100, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **AILSON FRANCISCO VELHO**, matrícula nº 6737, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2101, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR AILSON FRANCISCO VELHO**, matrícula nº 6737, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2102, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **MARIO CARLOS GOULART**, matrícula nº 2776, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2103, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR MARIO CARLOS GOULART**, matrícula nº 2776, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2104, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR VILSO ROSTIROLLA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-10, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Romildo Titon).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2105, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

| Matr | Nome do servidor | Período Aquisitivo Quinquênio | | Processo nº |
|---|---|---|---|---|
| 2079 | Raquel Helena de Borja Ramalho | 03/04/06 | 02/04/11 | 0495/11 |
| 0987 | Vera Lúcia Crespi Gomes | 02/05/06 | 01/05/11 | 0622/11 |
| 2096 | Johni Lucas da Silva | 02/05/06 | 01/05/11 | 0669/11 |

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2106, de 12 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

| NOME SERVIDOR | MATR | PERCENTUAL | | VIGÊNCIA | PROCESSO Nº |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Concedido | Total | | |
| Antonio Roberto de Borba | 4620 | 9% | 9% | 12/04/11 | 0504/11 |
| Luciano Luis de Souza | 6713 | 18% | 18% | 01/02/11 | 0513/11 |
| Silvia Regina Silveira da Rosa | 4633 | 3% | 6% | 14/04/11 | 0533/11 |
| Miriam Stori Barbisan | 4658 | 3% | 6% | 01/05/11 | 0623/11 |
| Luiz Carlos Mendes | 5715 | 3% | 3% | 01/05/11 | 0627/11 |
| Luisa Koch Virginio | 5716 | 3% | 3% | 30/04/11 | 0628/11 |
| Valdir Machado dos Santos | 3036 | 3% | 15% | 27/04/11 | 0670/11 |

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

## PROJETOS DE LEI

**PROJETO DE LEI Nº 164/11**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 102**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Altera o art. 8º da Lei nº 15.433, de 2010, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2011".

Florianópolis, 02 de maio de 2011

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*
*Sessão de 10/05/11*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM Nº 72/2011 Florianópolis, 26 de Abril de 2011.

Excelentíssimo Senhor,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**
Governador do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva alterar o art. 8º, inciso VI, da Lei nº 15.433, de 28 de dezembro de 2010, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2011.

2. A alteração proposta visa adequar a autorização legislativa contida no referido dispositivo legal, a nova estrutura administrativa aprovada pela Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011.
3. Assim, por se tratar de dispositivo importante para a continuidade das ações a serem desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Fazenda, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembleia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente,

Almir José Gorges

Secretário de Estado da Fazenda, em exercício

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL**
**OFÍCIO Nº** 222/ **SCC-DIAL-GEMAT**
Florianópolis, 02 de maio de 2011
Excelentíssimo Senhor
**DEPUTADO JAILSON LIMA**
1º Secretário da Assembleia Legislativa
NESTA
Referência: Mensagem nº 102
Senhor 1º Secretário,
Encaminho a essa Secretaria a mensagem do Senhor Governador do Estado, acima referenciada, pela qual submete à apreciação dessa Casa Legislativa o projeto de lei que "Altera o art. 8º da Lei nº 15.433, de 2010, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2011".
Atenciosamente,
**ANTONIO CERON**
Secretário de Estado da Casa Civil

**PROJETO DE LEI Nº 164/11**

Altera o art. 8º da Lei nº 15.433, de 2010, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2011.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 8º, inciso VI, da Lei nº 15.433, de 28 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8 .....
.....

VI - designar o Secretário de Estado da Fazenda, que por sua vez poderá delegar competência ao Diretor de Orçamento para remanejar, por Portaria do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento, dotações orçamentárias entre subações de um mesmo Órgão.

..... "(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**
Governador do Estado

*** X X X ***

**PROJETO DE LEI Nº 165/11**

Declara de utilidade pública o Comitê para Democratização da Informática de Santa Catarina - CDI-SC no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Comitê para Democratização da Informática de Santa Catarina - CDI-SC, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do disposto no art. 1º da Lei 15.125 de 2010, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Edison Andrino

Deputado Estadual

*Lido no Expediente*

*Sessão de 10/05/11*

**JUSTIFICATIVA**

O Comitê para Democratização da Informática de Santa Catarina - CDI-SC é uma entidade civil de caráter apolítico, sem fins lucrativos que tem como missão transformar vidas e fortalecer comunidades de baixa renda através da capacitação nas tecnologias da informação e comunicação, e de um aprendizado complementar voltado para a prática da cidadania, do empreendedorismo e da inclusão digital, o que pode ser observado através do relatório circunstanciado que acompanha o presente Projeto de Lei.

Como atividades finais incentiva a população de baixa renda a utilizar a informática, promove a implantação de escolas de informática e cidadania em comunidades de baixa renda, em unidades representativas de portadores de necessidades especiais, em entidades filantrópicas e de classe. Promove, ainda, campanhas de doação de equipamentos de informática e softwares.

Em 1986, quando exerci a função de prefeito desta Capital, criamos, em parceria com o setor de tecnologia e informática o 1º condomínio e encubadora em Florianópolis, no bairro Trindade. Passo fundamental para o que nos levou à existência do atual pólo tecnológico.

Hoje, este setor é responsável pela maior receita tributária da cidade, e por um faturamento três vezes maior do que o do turismo, e que representa a geração de grande quantidade de empregos e de demanda de capacitação de profissionais.

Foi, também sob minha gestão como prefeito que criamos incentivo fiscal às empresas do setor, através da Lei Municipal 2.994/88, que concedeu isenção do imposto sobre serviços de qualquer natureza e do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, para as empresas de bens e serviço na área da eletrônica, micro-mecânica e informática.

Nesse sentido, importante continuar com os incentivos focados para que as comunidades de baixa renda possam ter qualificação para fazer parte do desenvolvimento deste setor que tanto gera emprego, de forma limpa e que não geram danos à natureza.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a promoção de atividades sócio-responsáveis e assistência social à população carente.

*** X X X ***

**PROJETO DE LEI Nº 166/2011**

Institui o Dia Estadual do Agente Prisional

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Agente Prisional do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Dia Estadual do Agente Prisional do Estado de Santa Catarina será comemorado anualmente no dia 20 de junho.

Art. 2º O Governo do Estado, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, poderá promover ampla divulgação e realização de atividades alusivas ao evento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Antonio Aguiar

*Lido no Expediente*

*Sessão de 10/05/11*

**JUSTIFICATIVA**

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento visa instituir o Dia do Agente Prisional, no Estado de Santa Catarina.

Os agentes prisionais desempenham uma função legítima e indispensável, levando-se em consideração que o primeiro contato do preso é com esse profissional, único elo com o mundo exterior.

Em que pese as indiscutíveis dificuldades da profissão, eis que os agentes trabalham em ambiente extremamente desfavorável, em função do confinamento; em inferioridade numérica; e necessitam de flexibilidade para tratar com presos possuidores de diversas culturas, anseios e necessidades, das mais variadas periculosidades, esses profissionais não costumam receber homenagens e muito menos são devidamente reconhecidos pela sociedade.

Desta feita, tendo em vista a importância do agente prisional para a sociedade, solicitamos aos Pares desta Casa Legislativa a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

**PROJETO DE LEI Nº 167/2011**

Dispõe sobre a proibição da propaganda de bebidas alcoólicas nos Postos de Combustíveis e Lubrificantes e nas lojas de conveniências instaladas nos mesmos.

Art. 1º Fica proibida, no Estado de Santa Catarina, a propaganda de bebidas alcoólicas nos postos de combustíveis e lubrificantes e nas lojas de conveniências instaladas nos mesmos.

Art. 2º Os estabelecimentos de que trata esta Lei deverão fixar, em local de fácil visualização para os consumidores, cópia da presente Lei publicada no Diário Oficial do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antonio Aguiar

3º secretário

*Lido no Expediente*
*Sessão de 10/05/11*

**JUSTIFICATIVA**

Não foram poucas as tentativas dos parlamentares desta Casa para coibir, por intermédio de Lei Estadual, a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas em lojas de conveniências e demais dependências dos postos de revenda de combustíveis e lubrificantes no Estado.

Indiscutivelmente a falta de uma legislação estadual severa neste sentido, como medida de proteção à saúde e ao bem-estar da coletividade, tem contribuído para o consumo de bebidas alcoólicas indiscriminadas que, em muitos casos, resulta em tragédias.

Ocorre que, como se depreende do acervo de Projetos de Lei desta Casa, todas as tentativas de proibir a dita comercialização já tiveram parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, entendimento este que, sem sombra de dúvidas, deve ser respeitado.

Porém, diante do grande número de consumidores, dentre estes muitos jovens, que vem se utilizando das lojas de conveniências localizadas em postos para, antes de se dirigirem aos bares, e mesmo depois, comprarem bebidas alcoólicas de diversos tipos, resta-nos propor, ao menos, a proibição de propagandas de bebidas alcoólicas nestes estabelecimentos, como forma de evitar o incentivo ao consumo.

Tendo em vista a indiscutível importância da medida pretendida, solicitamos aos Pares desta Casa Legislativa a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

**PROJETO DE LEI Nº 168/2011**

Institui o Dia Estadual do Portador da Síndrome de Down.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Portador de Síndrome de Down, a ser comemorado no dia 21 de março.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado José Milton Scheffer

*Lido no Expediente*
*Sessão de 10/05/11*

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa instituir em nosso Estado o Dia Estadual do Portador de Síndrome de Down.

A data escolhida, 21 de março, coincide com o Dia Internacional da Síndrome de Down, e tem como objetivo contribuir para a conscientização da população e para formar cidadãos com Síndrome de Down autodeterminados, produtivos, incluídos na sociedade, com melhor qualidade de vida.

Ante a relevância da matéria espero receber o apoio dos colegas Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

*** X X X ***

**PROJETO DE LEI Nº 169/11**

Fica proibida a privatização ou terceirização da alimentação escolar na rede pública estadual de Santa Catarina.

Art. 1º Fica proibida a privatização ou terceirização dos serviços da alimentação escolar na rede pública estadual de educação de Santa Catarina.

§ 1º O Poder Executivo Estadual não poderá utilizar-se da função de gestor de contratos, sendo apenas o executor de atividade nos serviços de nutrição e alimentação escolar.

§ 2º A responsabilidade técnica pela alimentação escolar caberá à profissional nutricionista responsável, respeitando as diretrizes previstas na legislação pertinente.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, entende-se como alimentação escolar todo o alimento servido no ambiente escolar durante o período letivo, respeitando as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2012.

Florianópolis, 05 de maio de 2011.

Deputada Luciane Carminatti

*Lido no Expediente*
*Sessão de 10/05/10*

**JUSTIFICATIVA**

Esta proposição visa disciplinar a forma como o Estado fornecerá a alimentação escolar, direito garantido por legislação, aos estudantes da rede pública estadual de educação. Pretendemos estabelecer que o Estado fique proibido de privatizar ou terceirizar esse serviço.

Diversos estudos demonstram que a alimentação escolar, servida de forma direta, tem um custo final menor que por meio de empresas contratadas para isso. Damos como exemplo estudos realizados quando ocorreram os processos de terceirização no Estado de Santa Catarina e no Município de São Paulo. Nesse segundo caso, os dados são da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE/USP).

Esses estudos também demonstram que para atender o que está disposto na Lei Federal nº 11.947, a prestação do serviço diretamente pelo Estado é a melhor forma, sendo muito difícil na forma de empresas contratadas como é atualmente em Santa Catarina.

É importante também ressaltar as relações interpessoais, pois a escola não pode ser um local no qual sejam prestados serviços de forma robotizada. Deve existir interação entre estudantes, professores, nutricionistas e merendeiras, a fim de proporcionar uma alimentação e boa qualidade, saudável e que leve em conta a diversidade cultural e a facilidade de obtenção dos alimentos produzidos em cada região.

Vários Estados e Municípios iniciaram ou estão iniciando a fazer esse debate. Entendemos que Santa Catarina também tem que fazê-lo.

Pelas razões aqui expostas, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

**PROJETO DE LEI Nº 170/11**

Cria o Programa "Auxílio Paraesporte" no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica determinada a criação, pelo Poder Executivo, do Programa "Auxílio Paraesporte" para patrocinar financeiramente, através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, atletas carentes portadores de necessidades especiais, reconhecidamente amadores, que não recebem nenhum tipo de ajuda financeira de terceiros, tanto da área pública quando da livre iniciativa, com renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Art. 2º Somente receberão a ajuda do "Auxílio Paraesporte" os atletas que forem residentes e domiciliados no Estado de Santa Catarina por, no mínimo, um ano e que se destacarem em modalidades esportivas individuais, nos torneios oficializados pelo calendário de eventos do Governo do Estado nesta área.

Art. O valor mensal do "Auxílio Paraesporte" será de um salário mínimo e seu pagamento terá a duração de, no máximo, três anos ou até que o atleta beneficiado se profissionalize ou obtenha patrocínio da livre iniciativa ou de algum clube que participe de competições na área esportiva afim.

Art. 4º O atleta que receber este incentivo deverá, obrigatoriamente, estampar no seu uniforme, que também deverá ser cedido obrigatoriamente pelo Estado, os dizeres "Auxílio Paraesporte". Art. 5º Os recursos destinados ao auxílio econômico autorizado por esta Lei são provenientes de dotações orçamentárias próprias, observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de cento e oitenta dias contados da sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

*Lido no Expediente*
*Sessão de 11/05/11*

**JUSTIFICATIVA**

Forjar um atleta campeão é sinônimo de saga no Brasil. Salvo raríssimas exceções, o brasileiro que consegue se destacar no esporte, mesmo no futebol, que é o mais prestigiado do país, traz na sua bagagem uma odisséia de sacrifícios, de renúncias e de privações.

Se este cenário é protagonizado até mesmo por quem sonha em ser um jogador de futebol, área esportiva desenvolvida e aquinhoada por verbas publicitárias, imagine as dificuldades de quem sonha em se dedicar e brilhar em outras modalidades esportivas com menor exposição na mídia como o atletismo, a natação, o judô, o tênis, levantamento de peso, entre outras.

A frustração de muitos jovens que sepultam seus sonhos de atleta gera mais do que prejuízos à luta do Brasil em ser uma potência no esporte. Gera falta de auto-estima e uma sensação de impotência que ceifa talentos.

Por isso, a proposta de criar e implantar o Programa "Auxílio Paraesporte" visa muito mais do que forjar um campeão. Busca, prioritariamente, estimular e incentivar valores que formam o cidadão.

Investir apenas um salário mínimo por mês, num período relativamente curto, no ideal esportivo de quem gosta e pratica esporte, é um custo irrisório.

A presente proposta tem o zelo de priorizar o direcionamento do "Auxílio Paraesporte" aos atletas de modalidades esportivas individuais, que possuem visibilidade ínfima na mídia brasileira. Toma, ainda, a cautela, de beneficiar somente atletas carentes e sem nenhum tipo de patrocínio material, atletas portadores de necessidades especiais que, por muitas das vezes, abandonam o esporte pela falta de apoio, incentivo e patrocínio.

Além disso, o esporte é uma excelente forma de integrar e socializar o jovem atleta com deficiência à sociedade, que encontra no esporte um caminho para ser feliz e uma fonte inesgotável de vida.

Diante do justificado, por se tratar de matéria meritoriamente relevante, conclamo os nobres Pares no sentido de aprovarem a presente iniciativa legislativa.

*** X X X ***

**PROJETO DE LEI Nº 171/11**

Dispõe sobre o assédio moral no âmbito da administração pública estadual, e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibida ao servidor a prática de assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta e indireta de qualquer de seus Poderes e instituições autônomas.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Lei, considera-se assédio moral todo tipo de conduta abusiva que cause degradação das relações de trabalho, praticado por servidor que atente, por sua repetição ou sistematização:

I - à dignidade;

II - à integridade psíquica ou física de uma pessoa; ou

III - implique em dano ao ambiente de trabalho.

Art. 2º A prática do assédio moral, comprovada mediante processo administrativo-disciplinar, assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório, sob pena de nulidade, implicará na aplicação das seguintes penalidades, observadas a reincidência e a gravidade dos fatos apurados:

I - curso de aprimoramento pessoal;

II - repreensão;

III - suspensão;

IV - multa;

V - suspensão e multa.

Art. 3º A ação disciplinar prescreverá no prazo de vinte e quatro meses.

Art. 4º Quando a vítima for servidor público, terá direito, se requerer, à:

I - remoção temporária, pelo tempo de duração da sindicância e do processo administrativo.

II - remoção definitiva, após o encerramento da sindicância e do processo administrativo; e

III - quando a vítima estiver sob a guarda de instituição estadual, terá direito, se requerer, à remoção temporária, pelo tempo de duração da sindicância e do processo administrativo.

Art. 5º Os procedimentos administrativos do disposto no art.1º serão iniciados por provocação da parte ofendida ou por qualquer autoridade que tiver conhecimento da infração funcional.

Parágrafo único. Nenhum servidor ou funcionário poderá sofrer qualquer espécie de constrangimento ou ser sancionado por ter testemunhado atitude definidas nesta Lei ou por tê-las relatado.

Artigo 6º - Os órgãos da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas, na pessoa de seus representantes legais, ficam obrigados a tomar as medidas necessárias para prevenir o assédio moral, conforme definido na presente lei.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo serão adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

1 - o planejamento e a organização do trabalho:

a) levará em consideração a autodeterminação de cada servidor e possibilitará o exercício de sua responsabilidade funcional e profissional;

b) dará a ele possibilidade de variação de atribuições, atividades ou tarefas funcionais;

c) assegurará ao servidor oportunidade de contatos com os superiores hierárquicos e outros servidores, ligando tarefas individuais de trabalho e oferecendo a ele informações sobre exigências do serviço e resultados;

d) garantirá a dignidade do servidor.

2 - o trabalho pouco diversificado e repetitivo será evitado, protegendo o servidor no caso de variação de ritmo de trabalho;

3 - as condições de trabalho garantirão ao servidor oportunidades de desenvolvimento funcional e profissional no serviço.

Art. 7º Esta Lei será regulamentada pelo Executivo no prazo de sessenta dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch - Lider

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Jailson Lima Deputado

Deputado Neodi Saretta

Padre Pedro Baldissera

Deputada Ana Paula Lima

Deputada Luciane Carminatti

*Lido no Expediente*

*Sessão de 11/05/11*

**JUSTIFICATIVA**

O projeto ora apresentado é um remédio legislativo específico para coibir o assédio moral, resultado de um trabalho de pesquisa tendo como referência Projetos de Lei em tramitação em Assembleias Legislativas do Brasil, Câmara dos Deputados Federais e Câmaras Municipais de Vereadores.

A palavra assédio vem do latim *obsidere*, que tem o significado de *pôr-se adiante*, *sitiar*, *atacar*. Na língua portuguesa, assédio significa *insistência importuna, junto de alguém, com perguntas, propostas, pretensões ou outra forma de abordagem forçada.*

Tal iniciativa surge como uma alternativa para combater distúrbios das relações nos locais de trabalho. Distúrbios esses considerados um dos males que afligem a humanidade neste século; cumpre destacar que esse é um fenômeno mundial que afeta inclusive países desenvolvidos, como bem demonstram os dados levantados pela Organização Internacional do Trabalho (, acessado em 2007).

Importa frisar que a iniciativa do Deputado é de suma importância por considerar os efeitos que o assédio moral provoca no âmago do trabalhador da administração pública, e que tramitam iniciativas no âmbito federal, como o Projeto de Lei nº 2369/2003, de iniciativa do Deputado Mauro Passos. Ressalta-se que o Estado do Rio de Janeiro é pioneiro em proibir o assédio moral no âmbito dos serviços públicos por meio da Lei Estadual nº 3921, publicada em 23 de agosto de 2002, assim como no Rio Grande do Sul vigora desde 2006 a Lei Complementar nº 12561, além de São Paulo mediante a Lei Estadual nº 12.250 de 9 de fevereiro de 2006 a que proíbem a prática do assédio moral no âmbito da administração pública estadual.

O assédio moral está inserido na sociedade desde os primórdios do ser humano, desde que o homem começou a se inter-relacionar com outros homens. Salienta-se que o que há, primeiramente, é a conduta assediadora dentro da sociedade, e por conseqüência a conduta assediadora no local de trabalho.

O assédio moral no trabalho constitui fenômeno internacional, segundo pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A mesma pesquisa aponta para distúrbios de saúde mental relacionados com as condições de trabalho em países como Finlândia, Reino Unido e Estados Unidos. As perspectivas são sombrias para as duas próximas décadas, pois segundo a OIT e a Organização Mundial da Saúde(OMS), estas serão as décadas do mal-estar na globalização, onde predominarão depressões, angústias e outros danos psíquicos relacionados com as novas políticas de gestão na organização de trabalho e que estão vinculadas às políticas neoliberais.

Portanto, em uma sociedade competitiva, onde todos procuram vencer a qualquer custo, urge adotarmos limites legais que preservem a integridade física e mental dos indivíduos, sob pena de perpetuarmos essa " guerra invisível" nas relações de trabalho. E, para combater de frente o problema do "assédio moral" nas relações de trabalho, faz-se necessário tirarmos essa discussão dos consultórios de psicólogos e tratá-la no universo do trabalho.

O assédio moral no ambiente do trabalho é uma conduta repudiada pela sociedade. É preciso que se exclua qualquer tipo de assédio moral, tudo isso para termos um ambiente de trabalho mais saudável para os trabalhadores, para que possam perseguir seus sonhos na construção diária de um ideal de vida digna, ética, equilibrada e principalmente pacífica.

Ante o exposto, conto com a aprovação da proposição pelos nobres Pares.

*** X X X ***

**PROJETO DE LEI Nº 172/11**

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Pilotos e Preparadores do Vale do Rio do Peixe, com sede no município de Joaçaba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Pilotos e Preparadores do Vale do Rio do Peixe, com sede no município de Joaçaba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subseqüente, para

o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Reno Caramori

*Lido no Expediente*
*Sessão de 11/05/11*

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Pilotos e Preparadores do Vale do Rio do Peixe, com sede no município de Joaçaba, é uma associação civil, sem fins lucrativos, instituída em 11 de julho de 2009 com a intenção de promover e desenvolver junto à sociedade a integração da classe de pilotos e a dos preparadores de carros objetivando o aprimoramento profissional e a participação em competições municipais, regionais, estaduais, brasileiras e internacionais.

Desta forma e pela natureza e caráter institucional da entidade recomendo o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, reconhecendo sua utilidade pública para todos os fins de direito.

Por sua vez, a documentação acostada ao Projeto de Lei cumpre todas as exigências da legislação que regula o reconhecimento de utilidade pública da entidade, em especial a Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

*** X X X ***

**PROJETO DE LEI Nº 173/11**

Cria o Programa Educacional de Prevenção de Acidentes na Infância, como atividade Extracurricular Obrigatória na Rede Estadual de Ensino.

Art. 1º Fica estabelecida, pela presente Lei, na Rede Estadual de Ensino, a atividade extracurricular obrigatória: "PROGRAMA EDUCACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES NA INFÂNCIA".

Art. 2º A atividade estabelecida no *caput* do artigo anterior, será ministrada a todos os alunos matriculados na rede estadual de ensino, objetivando dotá-los de informações objetivas sobre todos os aspectos relacionados com as causas de acidentes de qualquer natureza, orientando as crianças e à família sobre acidentes infantis.

§ 1º - Serão criadas campanhas educativas direcionadas à criança e à sua família, fundamentadas em estudos sobre acidentes infantis.

§ 2º Essas campanhas devem ser desenvolvidas nos seguintes estágios:

I - motivação da sociedade para o problema;

II - produção e difusão de conteúdos didáticos relativos ao assunto;

III - promoção de reuniões de pais e mestres; e

IV - avaliação dos resultados dessas ações e divulgações.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

*Lido no Expediente*
*Sessão de 12/05/11*

JUSTIFICATIVA

A preparação das futuras gerações é o melhor investimento para aumentar a segurança contra acidentes. E para isso, a escola é um dos meios mais eficientes para iniciar a conscientização, tendo-se o professor como agente multiplicador da mudança cultural uma vez que, o modo mais eficaz para se evitar um acidente é preveni-lo.

Embora não existam no Brasil números exatos de crianças que tenham sobrevivido, com seqüelas ou não, a acidentes em geral, sabe-se que essas ocorrências constituem a maior causa de mortalidade infantil.

Infelizmente não existe muito empenho para que se reverta essa situação. E, justamente por isso, estamos apresentando este projeto, cujo objetivo é contribuir para a mudança cultural de parte de nossa população.

Há vários elementos que, associados, podem trazer maior ou menor vulnerabilidade à criança frente aos acidentes, como o nível de coordenação do Sistema Nervoso, a Aptidão Motora, o Senso de Percepção de Risco e da Instintiva Proteção a ela dispensada pelos pais e demais familiares.

O Dr. Francisco de Paula Nunes, Professor do Curso de Mestrado da Faculdade de Educação da UERJ, assinala que na faixa de zero a três anos, por exemplo, as crianças são naturalmente curiosas e costumam descobrir o mundo interagindo com as coisas ao seu redor. "Nessa faixa etária, elas gostam de tocar e sentir os objetos, colocando-os na boca. Pelo fato de estarem começando andar e não terem ainda um controle completo de seus movimentos, elas tropeçam e caem com muita facilidade, Por isso, é muito comum, nessa fase, se engasgar, se afogar, se envenenar ou se queimar. Barulho constante e objetos que se movem costumam atrair sua atenção. Com a tendência natural de explorar o mundo que a cerca e a incapacidade de reconhecer o perigo, esta criança deve estar sempre acompanhadas de pessoas responsáveis."

Dos quatro aos seis anos de idade, é improvável que a criança ainda coloque qualquer objeto na boca; no entanto, embora comece a desenvolver o autocontrole, dificilmente reconhece situações perigosas e, mesmo reconhecendo-as, muitas vezes não tem condições de reagir e fugir delas.

Nos primeiros anos escolares - na faixa etária dos sete aos nove anos de idade - a criança já começa a identificar situações perigosas, baseada em experiências anteriores, "Se ela caiu de uma árvore, por exemplo, da próxima vez que for subir, certamente terá mais cuidado. Entretanto, ela não estabelece uma relação entre uma experiência já vivida e uma outra que seja nova. Assim, pensa que subir numa arvore é perigoso, mas subir em um armário não."

Entre dez e quinze anos a pessoa já tem condições de desempenhar algumas funções próprias de adultos (usar eletrodomésticos, por exemplo) e, na ânsia de fazer as coisas rápidas para ir brincar ou outros afazeres seu, acaba não prestando atenção no que esta fazendo, podendo assim tornar essas atividades em verdadeiras armas, acidentando por simplesmente não prestar atenção no que esta fazendo.

Pelo exposto acima, propomos o presente Projeto de Lei, solicitando aos nobres Pares o empenho para a aprovação da presente propositura.

*** X X X ***

## REQUERIMENTO

**REQUERIMENTO Nº 011/2011**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

REQUERIMENTO RQS/0554.8/2011

Os Deputados subscritores, nos termos do art. 40 e parágrafos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, **REQUEREM** a instalação de Fórum Parlamentar Permanente para acompanhamento **nos trabalhos de participação de usinas termoelétricas a carvão mineral nacional, nos próximos leilões de energia A-5.**

JUSTIFICATIVA

Atualmente nosso Estado possui 18,4% (dezoito vírgula quatro por cento) do total nacional de reservas de carvão consideradas lavráveis. A importância do carvão mineral nacional na geração térmica e o crescimento previsto para o mercado de energia elétrica nos Estados da região sul, que viabilizam projetos termoelétricos contribuíram para uma maior segurança energética para toda a região sul.

Novas fontes geradoras de energia elétrica no extremo sul propiciariam vantagem elétrica para todo o sistema, diminuindo perdas que hoje ocorrem na transmissão.

Dessa forma, a instalação do Fórum Parlamentar Permanente visa o acompanhamento dos trabalhos a serem executados para assegurar a participação de usinas termoelétricas a carvão mineral nacional, nos próximos leilões de energia A-5.

Sala das Sessões, em

Deputado Valmir Comin
Deputada Angela Albino
Deputado Darci de Matos
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado José Milton Scheffer
Deputado Reno Caramori
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Jailson Lima
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Jorge Teixeira

APROVADO EM SESSÃO DE 12/05/11

*** X X X ***